



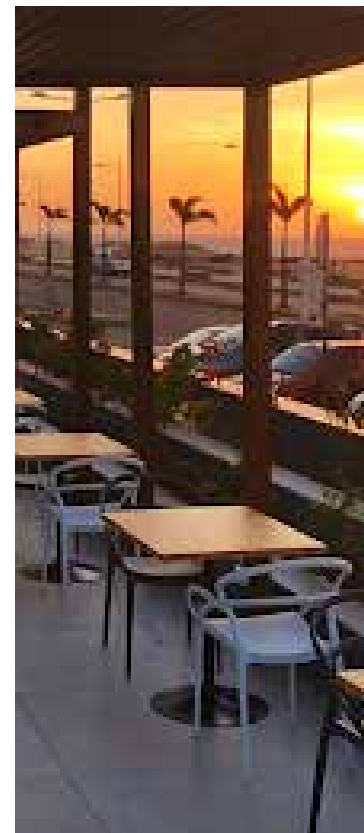
“A equipa económica está com o pensamento na era industrial”

Págs. 4 a 6

PLANIFICAÇÃO DE 2022

João Lourenço continua sem limites para aprovar gastos fora do OGE

FINANÇAS PÚBLICAS. Apesar das críticas de vários sectores que exigem a imposição de limites na autorização de créditos adicionais, o titular do Governo mantém a facilidade de aprovar despesas, após o início da execução do Orçamento, sem qualquer travão. E as justificações inscritas no OGE de 2022 são as mesmas transportadas dos anos anteriores. Contas do Valor Económico indicam que João Lourenço já aproveitou o expediente para autorizar, pelo menos, 15 mil milhões USD em quatro anos. Pág. 8



EXCESSOS DA PN

Conselheiros do PR querem 'salvar' negócios na Ilha

Pág. 11

9 de Novembro 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 284
Director-Geral
Evaristo Mulaza



WAYFEX REAGE

Empresa dos EUA responde ao BNA e garante não estar ilegal

Pág. 12

OPINIÕES

Alves da Rocha,
economista
“Porque é que a China é temida?”



Págs. 20 e 21

Carlos Rosado de Carvalho,
economista
“É a função pública que está a pagar a crise”



Pág. 24

Gong Tao,
embaixador chinês
“A nova Era China - África”



Págs. 18 e 19

António Vieira,
ex-director da Cobalt
“Os comerciantes driblaram o chefe”



Pág. 23

Editorial

PARA QUANDO HOVER TRANSPARÊNCIA...

Das várias leituras que o Orçamento Geral do Estado nos permite fazer, voltamos a destacar a facilidade que o Presidente da República se confere a si próprio de aprovar os chamados créditos adicionais. Trocado por miúdos, são os tais gastos não previstos que o titular do poder executivo pode autorizar, no decurso da execução do Orçamento.

Como é óbvio, não é possível defender a hipótese de se vedar ao Presidente a faculdade de autorizar despesas extra, após a aprovação da planificação financeira do Estado. Variados imprevistos, como a crise pandémica que nos bateu à porta ou eventuais catástrofes naturais, podem exigir recursos inclusive fora das reservas orçamentais.

O problema concreto e que tem

justificado inúmeras críticas fundadas é o facto de não existir um limite teórico razoável destas despesas. Pela forma como a Lei do Orçamento consagra essa facilidade, João Lourenço pode gastar os montantes que quiser, desde que os justifique com “projectos de significativa importância”, com fontes de financiamento asseguradas.

Ocorre que a transparência do Orçamento de Estado, enquanto instrumento político de governação, deve ser percebida sobretudo nos limites alcançados na fase de negociação política. Quando se adicionam facilidades que permitem alterar significativamente os compromissos previstos, em última instância, a transparência fica necessariamente comprometida.

Esta leitura é particularmente relevante em períodos de forte competição política, como a fase de eleições que já vivemos. Para quem está

no poder, a possibilidade de aprovar gastos públicos, sem uma palavra dos deputados, funciona como um inegável trunfo contra os adversários. Não será surpresa nenhuma, portanto, se, ao chegarmos ao fim de 2022, a soma dos créditos adicionais atingir a níveis proibitivos, com os gastos eleitoralistas.

Precisamente por isso é que, no dia em que se estabelecer em Angola um poder empenhado com a transparência, esta matéria será incontornavelmente revista. Até porque o compromisso com a boa governação implica necessariamente uma maior capacidade de planificação que, como se sabe, este e os outros governos do MPLA nunca tiveram. E maior e melhor capacidade de planificação significa sempre maior e melhor capacidade de execução. Em teoria e na prática, há uma inegável relação de causa-efeito.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



MANUEL NOVAES,
administrador comercial do Grupo Arena

Tudo pronto para o arranque da 36.ª edição da Filda?

A Feira Internacional de Luanda decorre de 30 de Novembro a 4 de Dezembro na Zona Económica Especial. Significa que, entre 27 e 28 de Novembro, as empresas devem ter já os seus stands montados.

O que se espera do evento?

A Filda é o barómetro da economia, a partir do qual podem surgir empregos a montante e a jusante, ou seja, temporários e definitivos. Depois de quase um ano e meio de paralisação, por causa da pandemia, as empresas e os empresários estão expectantes por expor os seus produtos e encontrar formas de impulsionar os negócios e com isso ganha o país.

Quantas empresas estão inscritas?

Até esta segunda-feira, 8, registámos mais de 400 empresas, entre nacionais e estrangeiras, mas aguardamos por mais inscrições. Quanto ao volume de negócios aguardado, é relativo, porque o objectivo não é apenas fazer vendas directas, mas expor para potenciais parcerias entre expositores nacionais e estrangeiros.

TERÇA - FEIRA

As autoridades prometem investigar uma denúncia de funcionários da empresa chinesa Citic Construções, sobre um alegado “confinamento forçado e maus-tratos, há dois anos”, em estaleiros da construtora nos arredores da centralidade do Kilamba.

QUARTA - FEIRA

A lapidação de diamantes no país continua ainda aquém dos 20% pretendidos, variando entre 1% e 3%, com perspectivas de vir a triplicar até 2022, com novos investimentos nessa área, informa o secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Correia Victor.

QUINTA - FEIRA

A organização da 36.ª Feira Internacional de Luanda (Filda) confirma que o evento vai decorrer este ano, entre 30 de Novembro e 04 de Dezembro, com a participação de perto de 450 expositores nacionais e internacionais, informa a organização do evento.



SEGUNDA-FEIRA

O Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) retoma o serviço de transporte de passageiros para o Cuanza-Norte e Malanje, depois de uma interrupção de 20 meses devido à pandemia de covid-19.

SEXTA - FEIRA

O Banco Nacional de Angola anuncia que as companhias aéreas e seguradoras passam a constar da base de entidades que negociam a compra e venda de moeda estrangeira com os bancos comerciais pela plataforma Bloomberg FXGO, totalizando 48 participantes.

SÁBADO

A Sonangol anuncia a recuperação de seis catamarãs, 33 lanchas rápidas e um iate do Grupo China Sonangol (CS), mediante compensação parcial com juros da dívida.

DOMINGO

O Caminho-de-Ferro de Luanda comemora o seu centésimo trigésimo terceiro aniversário, com foco no relançamento da actividade empresarial.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM ALTA, MAS...

Os contratos de petróleo encerraram a sessão desta terça-feira em alta, motivados pelo cenário de restrição na demanda. Os contratos para Janeiro do Brent terminaram o dia a ser negociados, em Londres, a 84,78 dólares, mais 1,61%. Já os contratos para outubro do WTI subiram 2,71% para 84,15.



...SEM ACOMPANHAMENTO DOS EUROPEUS

Os principais índices bolsistas europeus encerraram em queda. O Stoxx Europe 500 caiu 0,19%; o inglês FTSE caiu 0,36%; enquanto o CAC 40, de Paris, e o alemão DAX oscilaram em baixa de 0,06% e -0,04%, respectivamente.

Entrevista

CELESTINO CHITONHO, BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

“Sem políticas públicas de arquitectura não pode haver desenvolvimento”

Propõe a transformação da arquitectura em produto do Prodesi, argumentando que o arquitecto “é médico da cidade”. À frente de uma organização com 1.700 membros e defensor de regras mais rígidas no acesso à Ordem, Celestino Chitonho lança várias críticas à governação no domínio da arquitectura, da urbanização, explicitando a relação destas com a saúde e a economia.

Por Júlio Gomes

Mário Mujetes © VE

A

Ordem dos Arquitectos de Angola tem sido muito questionada, por supostamente fazer pouco pela

classe. Como contra-argumenta essas críticas?

Tomámos posse em Dezembro de 2019 e, no primeiro e segundo meses de 2020, começou a pandemia. Angola teve estado de emergência em Março e houve um fechamento quase global. Porém, mesmo com a crise económica e a pandemia, creio que a Ordem é das instituições que mais cresceram.

Crescimento em que sentido?

Já tínhamos um plano estratégico, definimos as metas e as acções porque o vírus nos assustou a todos. Mas chegámos a seis e sete meses de pandemia e percebemos que se tratava de um problema que poderia demorar muito mais tempo do que se pensou inicialmente e começámos a pôr em marcha o nosso plano de trabalho.

O que foi, de facto, concretizado?

A visita a todos os gabinetes para constatar a capacidade instalada, a formação de arquitectos em política pública de arquitectura. Devo destacar também o espaço para o museu de arquitectura que já existe. Depois de recebermos a documentação, será preparado o concurso para o projecto e daí apu-



rar o valor da construção da obra. Por outro lado, no próximo mês, vai entrar em acção o plano de formação facultativa e obrigatória dos arquitectos. Quer dizer que qualquer um que queira entrar, além do teste obrigatório de acesso, terá de dominar os estatutos, o código de ética, a Lei de Terras e do Urbanismo e Ordenamento do Território, a Constituição da República, portanto o objectivo é aumentar o nível da classe.

Muito se questiona a alegada falta de uma actuação institucional forte da Ordem...

As críticas de hoje já não são as mesmas do passado. Os que

ainda continuam a criticar estão fora do tempo, estão descontextualizados. Demos passos muito sólidos que não eram expectáveis em tempo de pandemia. Mudámos toda a nossa identidade visual, à luz de um concurso público, quando a Ordem completou 17 anos. Portanto, temos uma nova logomarca. Lançámos o site, onde os membros podem encontrar toda a informação que permitirá desburocratizar até mesmo a emissão da declaração com código de barras, que habilita o arquitecto a elaborar projectos. Logo, para um simples papel, já não será necessário ir à Ordem, por-

que desburocratizámos o processo administrativo. No nosso plano estratégico, consta também, além do museu, uma nova sede. Ainda é sigiloso, mas acredito que pode ser concretizada antes do fim do nosso mandato.

Fala-se do generalizado exercício ilegal da profissão. Isso não entra no leque de preocupações?

Preocupa bastante. Começámos o combate a esse exercício ilegal. Aliás, muitas administrações municipais e governos provinciais ainda permitiam que indivíduos não inscritos na Ordem fizessem projectos. O fenómeno ainda acontece, mas tem vindo a diminuir, por-

que a sensibilização é maior. Ou seja, do ponto de vista de políticas de arquitectura, estamos a formar os nossos membros e o Executivo também precisa de ter coragem para dar esse passo.

Que passo exactamente é que deve ser dado pelo Governo?

Desde 2010 que Angola está a falar de ordenamento do território. Lançou-se o plano director para todos os municípios, elaborou-se o plano geral metropolitano de Luanda. Benguela é outra província com os municípios com planos directores e Malanje está em vias de entregar. O plano director é um documento que define como deve crescer uma cidade. Só que o Governo não tem verba no OGE para esses planos directores.

Isto quando há um plano de criação de novas províncias...

Ainda não percebi bem qual é a essência desta nova divisão administrativa.

A ideia é aproximar a governação perto do cidadão. Resumidamente é o que defendem as autoridades.

A gestão não melhora com a divisão administrativa. Em arquitectura, existe a área do urbanismo cuja premissa é maximizar a aproximação dos serviços. O que se deve aproximar à população são os serviços e não a administração pública, do ponto de vista político. Posso criar uma nova província, colocar lá um governador, um novo administrador, mas, se não colocar lá serviços, nada representa.

“Hoje em dia estamos na era da digitalização, logo a produção nacional não é só a mandioca ou o feijão.”

E de que forma é que a análise técnica pode sobrepor-se à política?

As asserções dos técnicos não estão a ser ouvidas. Os planos directores que não estão a ser feitos, em parte, iriam ajudar essa dinâmica, porque definem o que são serviços quotidianos e periódicos. Definem, por exemplo, que a padaria não pode ficar a mais de 600 metros das habitações, porque todos os dias há a necessidade de se comer pão. A nossa abordagem, enquanto Ordem, é bastante responsável. Em vez de falarmos desnecessariamente, quando sentimos que há um problema, escrevemos directamente para a entidade competente.

Mas já disse que não são ouvidos...

Em parte, sim, em parte não. Depende muito da agenda e maturidade políticas.

O que quer dizer?

Quando decidimos propor ao Governo a arquitectura como produto do Prodesi e como política pública é com base no entendimento de que o arquitecto hoje é como se fosse o médico da cidade. Se a cidade crescer desordenadamente, vai afectar a saúde das pessoas. Se os governos não perceberem isso, como às vezes está a fazer o nosso, em determinadas questões muito específicas, o que vai provocar? Se tenho de comprar pão todos os dias e percorrer cinco quilómetros, vou provocar engarrafamento desnecessariamente. Num serviço quotidiano, a escola primária tem de estar a 600 metros de distância no máximo, porque, se não, teremos crianças a percorrer cinco a seis quilómetros. Daí a nossa proposta que tem que ver também com o estabelecimento do padrão mínimo de habitabilidade.

Como pode ser operacionalizado esse plano?

Quando o Governo constrói ou os privados, qual é a condição mínima básica obrigatória de habitabilidade a colocar? E qual é a condição mínima para a nossa dignidade enquanto seres humanos?

Espero que responda às suas próprias perguntas...

Em Angola, nada está definido. A nossa ideia é que se defina. Gostaríamos que, sempre que houver um aglomerado populacional, até as lojas de primeira necessidade, a par das escolas, estivessem

A gestão não melhora com a divisão administrativa. O que se deve aproximar são os serviços e não a administração pública, do ponto de vista político. Posso criar uma província, colocar um governador, um administrador, mas, se não colocar serviços, nada representa.

Faltam políticas públicas de arquitectura. Há uma lacuna enorme do ponto de vista da produção dos materiais de construção. Imagine só: Angola não tem sequer uma fábrica de loiça.

sem num raio de 600 metros da comunidade. Por isso é que os ‘mamadus’, como nós chamamos esses estrangeiros, conseguiram infiltrar-se nos bairros e estão logo à mão do consumidor. Colocaram-se no espaço dos serviços primários que os livros definem há muito.

Há falta de visão nos angolanos?

Nós, os angolanos, não estamos a ter visão de muita coisa. Não só necessariamente no domínio específico dos espaços comerciais de primeira necessidade. No padrão mínimo de habitabilidade, onde temos população temos de ter ou não esgotos? Até



Mário Mujetes © VE

quando vamos continuar a abastecer a população com recurso a chafarizes? Até quando em várias localidades do país uma criança para ir à escola tem de andar desgastantes cinco a 10 quilómetros? Até quando, nos nossos aglomerados populacionais, teremos parques infantis, jardins para as crianças brincarem? Estamos perdidos!

Concretamente, onde têm sido encaminhadas essas inquietações?

Escrevemos para a equipa económica do Governo, mas a carta ainda não foi respondida. Entretanto, fomos chamados pelo MPLA para abordar o assunto.

É diferente, gostaram e fizeram algumas questões. O reconfortante é que seria levada em conta essa ideia de transformar a maneira como o Governo pensa a produção nacional. E o Prodesi, supostamente, tem que ver com produção nacional.

Uma produção que, entretanto, tarda a acontecer...

Por falta deste tipo de dimensões que elenquei que deveriam ser incorporadas. Hoje em dia estamos na era da digitalização, logo a produção nacional não é só a mandioca ou o feijão. Um jornalista também produz. Só que o Governo tinha de dizer: ‘eu, para lhe financiar um

projecto, tem de ter 80% de conteúdo local’. O que nós propusemos é: ‘se sou arquitecto, faço um projecto, logo vou apontar a telha e a porta de fábricas locais. Assim ajudo a impulsionar a economia nacional.

Há incapacidade de produção local de materiais de construção?

Há que colocar aqui dentro fábricas que produzam para potenciar o mercado interno. O que acontece é que a nossa equipa económica está com o pensamento na era industrial, que já passou há muito tempo. E, se assim continuar, assente na era industrial, a nossa economia serão apenas números.

Como inverter esse quadro?

Faltam políticas públicas de arquitectura. Há uma lacuna enorme do ponto de vista da produção dos materiais de construção. Imagine só: Angola não tem sequer uma fábrica de loiça sanitária. Qualquer pessoa que queira fazer uma construção que implique sanita e lavatório vai ter de importar e isso representa dispêndio de divisas. Estamos a alertar para isso há muito tempo no âmbito da dimensão da arquitectura como produto do Prodesi, ou seja, olhar para aquilo que não existe e colocar aqui.

Não vamos imitar a Europa. Mas é preciso definir que, à luz da nossa realidade, é preciso ter água, energia eléctrica ou uma rede de transporte e estrada. Em Angola ainda acontece: faço uma estrada que passa por uma aldeia e não é colocado um passeio para a circulação dos peões, como se não tivesse população que, para as suas necessidades, acaba por andar na estrada com os riscos daí decorrentes.

Os associados estão unidos?

O tempo de dizer que a ordem não é ouvida já passou. O que estamos a ensinar aos nossos associados é que quando se fala de políticas públicas as classes organizadas podem agir como grupos de interesses ou de pressão porque os arquitectos são liberais, mas temos também os que estão vinculados à função pública. Estamos a lutar para que haja entrosamento como devem agir no local de trabalho para que sejam produtivos e o Governo saia a ganhar. Por isso, eles também devem estar inscritos na ordem.

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

O arquitecto da função pública não é produtivo?

Se a nossa classe for bem estruturada, acabará por ser muito forte. Por isso é que defendemos e estamos a preparar o estatuto do arquitecto da função pública. A arquitectura lida directamente com o bem-estar das pessoas. Se os arquitectos da função pública notarem que estão a acontecer construções que ferem a lógica, devem pronunciar-se.

E podem fazê-lo sem receio?

Há esse receio, mas se assim acontecer OA sairá em defesa do associado. Quando eclodiu a pandemia, formámos os nossos arquitectos da função pública para a concepção de estruturas como centros de quarentena, centros médicos e hospitais. Notámos que, no princípio, quando o Governo começou a construir, não teve em conta essa formação. Alguns dirigentes, quando tomam decisões, não querem ouvir ninguém. Com o tempo, os nossos arquitectos alertaram para o que não estava bem.

O que nos deixou tristes é que demos propostas concretas para as vendas ininterruptas nos mercados, mas o Governo tomou medidas como se o contágio acontecesse também em dias alternados. Poderia vender-se todos os dias, mas reduzindo as pessoas para se manter o distanciamento. Visitámos o mercado do KM 30, na altura, o mais polémico, e enviámos um documento à Comissão Multisectorial a traduzir como se devia organizar o processo de vendas naquele espaço em tempo de pandemia e lamentavelmente não fomos acatados.

Qual é a relação da Ordem com a academia?

Temos de colocar no mercado arquitectos de alto nível que percebam a nossa realidade. Há questões que teremos de discutir com a academia. A maior parte das nossas escolas foi em busca da grelha curricular lá fora com um contexto diferente. Por exemplo, os nossos estudantes não sabem o que é a transumância, sinto que as nossas universidades herdaram a cultura do assimilado.

E onde isso se reflecte?

O Governo tem construído centralidades em altura e vivendas.



Verifique só no Nova Vida quantas vivendas não foram alteradas? Quase todas, porque o que foi feito não responde aos nossos hábitos. Precisamos de pensar e projectar para o angolano. Se estou em Angola, há uma gastronomia própria, logo a cozinha tem de responder a esse desiderato. As cozinhas que os colonos deixaram tinham o complexo do colonizado e havia fiscalização de segunda a sexta-feira. Não se podia cozinhar comidas tradicionais, por causa da fiscalização. Quem fosse apanhado a comer funje não tinha direito ao bilhete de identidade e continuava indígena.

A Ordem vive apenas de quotas?

Existe um documento chamado contrato-programa, nos termos do qual a Ordem tem de funcionar como uma entidade orçamentada. Mas isso choca com os nossos estatutos. Foi assim que o anterior bastonário decidiu não ir por este caminho porque atropela os estatutos das ordens. Se o Governo já está mesmo em crise, então que fique à vontade, não estamos a reclamar, porque somos uma classe profissional que deve aprender a crescer de forma autónoma.

Luanda é uma cidade permanentemente suja?

Desde que estive no comando de Luanda a governadora Joana Lina,

São várias obras que nem sequertêm cabimentação orçamental. A ideia do PIIM foi boa, mas a sua execução é uma fraude.

Perfil

O arquitecto que desafia a academia

Urbanista que desafia a academia a ter luzes Nascido em Luanda em 1975, Chitonho é, desde 2006, arquitecto e urbanista formado na Universidade Agostinho Neto. Tem, desde 2002, um gabinete de consultoria e, desde 2008, lecciona nas universidades Metropolitana e Metodista. Continua a defender que, a nível da academia, "já passou o tempo de copiar" até mesmo leis.

eclodiu o problema do lixo e nós voltámos à carga com as políticas públicas de arquitectura. Propusemos que os sítios de acomodação do lixo na cidade fossem plataformas subterrâneas para ninguém ver os detritos fedorentos. Assim, preserva-se a saúde pública, porque os animais e as pessoas não terão como vasculhar o lixo, sendo que a plataforma fecha. Escrevemos para os ministérios da Construção e do Ambiente, mas nada transpirou. Agora que temos uma governadora arquitecta, auguramos que o propósito seja considerado.

Mas o Ambiente também não respondeu?

Relativamente aos resíduos sólidos, acho que o Ministério do Ambiente ficou refém do arranjo que se fez juntando-o ao Turismo e à Cultura. Não funciona. Era necessário rever a política do ambiente para questões muito estratégicas, mesmo não sendo um ministério à parte, a responsabilização tinha de ser diferente. Em muitos países, há uma secretaria de Estado para o Ambiente e porque há políticas públicas a funcionar. O problema do nosso país é a falta dessas políticas públicas em muitos sectores. Num país organizado, uma pessoa que abra o vidro do seu carro e deita uma lata vazia ao chão é multada.

Qual o vosso posicionamento sobre a proposta do rio Luanda?

Aconselhava os proponentes a criarem a realidade virtual. Hoje em dia, em arquitectura e engenharia, já é possível apresentar um projecto em que se simula a passagem de um rio.

A simulação não existe?

Falei com as pessoas e constatei que não existe. Posso fazer uma casa e simular como vai funcionar e com que materiais posso contar e onde podem ser encontrados. Com isso pouco tempo e recursos até mesmo de manutenção das obras. Já estamos a ensinar os nossos arquitectos a dar esse passo. Estamos a fazer muitas obras sem projecto, por isso é que, mesmo no PIIM, temos muitas obras encalhadas. São várias obras que nem sequertêm cabimentação orçamental. A ideia do PIIM foi boa, mas a sua execução é uma fraude. Só por curiosidade, recentemente fomos chamados pelo Serviço Nacional de Contratação Pública. Assustadoramente, apercebemo-nos que tem havido contratação de obras sem contratação de projecto. Uma boa obra começa com um bom projecto e, se necessário, com simulação virtual. É assim em todo o mundo.

Está a pôr a carroça à frente dos bois?

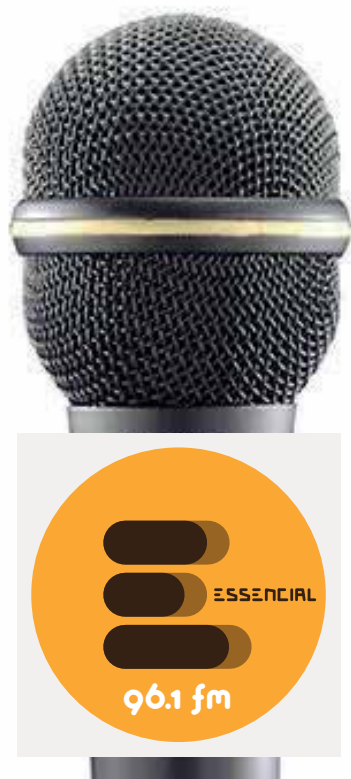
Se tenho milhares de obras, mas ainda não tenho projecto, estou a pôr a carroça à frente dos bois. A Ordem apanhou um susto. Quando participámos das jornadas do urbanismo, verificou-se que não há verbas para os planos directores. Se tenho milhares de obras, mas ainda não está ordenado o território, é complicado. As pessoas não estão a perceber as coisas. Fizemos um draft para saber quantos arquitectos precisamos por habitante. Benguela, com nove municípios, já entregou os planos directores, mas oito deles não serão aplicados porque, nos municípios, não existe uma entidade capaz de ler os projectos. E a resposta que nos deram é que, devido à crise, o Ministério das Finanças cortou a admissão de pessoal.

A ordem está circunscrita apenas à capital do país?

Já estamos para além de Luanda, em Benguela, Uíge e Cabinda, mas tudo está a ser feito para chegarmos a todas as províncias.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Economia/Política

OGE 2022

PR mantém ‘luz verde’ para aprovar créditos adicionais sem limites

PREVISÃO. Protegido pela lei que não impõe quaisquer limites, desde que tomou posse, João Lourenço já aprovou mais de 15 mil milhões em despesas adicionais, 3 mil milhões dos quais no primeiro semestre do ano.

Por César Silveira

O Presidente da República, enquanto titular do poder executivo, continuará sem um limite fixo na aprovação de despesas adicionais ou fora das inscritas no OGE, de acordo com a Lei do Orçamento Geral do Estado de 2022.

Assim como a Lei do Orçamento do ano em curso, o Presidente da República, em 2022, terá a prerrogativa de “inscrever novos projectos de significativa importância para o alcance dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, com fonte de financiamento

assegurada, e por contrapartida de projectos de baixa ou nula execução”.

Vários especialistas têm defendido, entretanto, a necessidade de a lei estabelecer um limite das despesas a serem aprovadas no sentido de se evitarem excessos.

Além da autorização para inscrever novos projectos, em 2022, o titular do poder executivo poderá ainda “ajustar o orçamento dos órgãos para suplementar despesas necessárias para a utilização de desembolsos correspondentes a doações não previstas, ou a um aumento da receita tributária petrolífera”. Pode ainda “ajustar o orçamento dos órgãos para suplementar despesas necessárias para a utilização de desembolsos correspondentes”.



tivo de evitar o baixo nível de execução do orçamento.

INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS COM MAIOR VERBA

Com um orçamento de mais de 382,374 mil milhões de kwanzas (cerca de 636 milhões de dólares), representando 2,04% das despesas previstas para os programas, o “desenvolvimento e melhoria das infra-estruturas de transportes” recebe o maior bolo quando comparado ao quadro de dotação por programa e subtraindo as “acções correntes”.

O objectivo, segundo o Governo, é “desenvolver as infra-estruturas necessárias ao funcionamento de transporte e demais actividades marítimas, promovendo a construção e modernização de infra-estruturas portuárias consideradas de intervenção prioritária para o desenvolvimento nacional”. Fazem parte deste leque o Porto Caio, em Cabinda, o Porto da Barra do Dande, no Bengo, e os projectos de desenvolvimento do Porto do Namibe.

A verba destinada a este programa beneficia, assim, de um incremento de cerca de 224%, quando comparado aos cerca de 117,836 mil milhões de kwanzas (cerca de 196 milhões de dólares) do orçamento do ano em curso.

O segundo programa com maior dotação é a “expansão do abastecimento de água nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais” que tem previsto receber uma dotação 232.477.707.780,00, representando 1,24% das despesas.

A ser implementado por diversos órgãos orçamentados, com destaque para os governos provinciais, este programa tem como objectivo “aumentar a capacidade de produção e a taxa de cobertura do abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais”. No orçamento em curso, este programa beneficiou de uma dotação de mais de 124,534 mil milhões de kwanzas, tendo sido a quarta maior dotação prevista.

A “construção e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias” com uma verba de mais de 202,702 mil milhões de kwanzas, mais 14% face aos mais de 176,651 mil milhões de kwanzas do ano passado, é o terceiro programa com maior dotação.

Os 10 Programas mais ‘ricos’

	Verba	%/OGE
Acções Correntes	16.212.786.764.568	86,49
Desenvolvimento e melhoria das infra-estruturas de transportes	382.374.671.578	2,04
Expansão do abastecimento de água nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais	232.477.707.780	1,24
Construção e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias	202.702.277.613	1,08
Consolidação e optimização do sector eléctrico	195.910.258.501	1,05
Melhoria da assistência médica e medicamentosa	166.353.743.018	0,89
Melhoria da gestão das finanças públicas	142.361.383.142	0,76
Desenvolvimento local e combate a pobreza	113.771.784.621	0,61
Construção e reabilitação de edifícios públicos e equipamentos sociais	111.490.444.747,00	0,59
Melhoria do saneamento básico	86.774.792.476	0,46

Até ao primeiro semestre do ano em curso, João Lourenço aprovou mais de 3 mil milhões de dólares em despesas adicionais, de acordo com cálculos do Valor Económico que fixam este valor em cerca de 15 mil milhões de dólares entre Outubro de 2017

e Junho de 2021, desde que João Lourenço tomou posse.

Em Agosto, a ministra das Finanças, Vera Daves, justificou o constante recurso do Presidente da República à prerrogativa de aprovar despesas não inscritas no OGE com o objec-

O COORDENADOR executivo da Comissão Nacional do Processo Kimberley Paulo Mvika encabeça uma delegação que de 11 a 12 de Novembro participa em Moscovo na plenária sobre os chamados 'Diamantes de conflito'.

NA PROPOSTA ORÇAMENTAL

Governo reduz até 50% impostos sobre embarcações e aeronaves

TRIBUTAÇÃO. Preços anteriormente praticados chegavam aos cinco milhões de kwanzas. Vai reduzir para metade. Imposto entrou em vigor no ano passado e teve grandes imprevistos na sua aplicação.



medida, está ainda prevista a redução de 15% para 6,5% da taxa de retenção na fonte sobre os serviços ocidentais prestados por pessoas colectivas, sem sede, direcção efectiva, ou estabelecimento estável em Angola.

Está também prevista a isenção do pagamento do imposto especial de jogo aos prémios cujos valores sejam iguais ou inferiores a 250 mil kwanzas, em jogos sociais, de base territorial ou online. Os prémios que excedam este valor são tributados à taxa de 20%.

Os prémios obtidos nos jogos de fortuna e azar, bancados, não-bancados e online são tributados à taxa única de 15%.

A exportação de mercadorias nacionalizadas de bens alimentares, medicamentos, equipamentos médicos e bens de biossegurança

Valor do Imposto sobre os Veículos Motorizados por categoria

Embarcações			até 2021	OGE 2022	Aeronaves			até 2021	OGE 2022
Grupo	Tonelagem da arqueação bruta	potência de propulsão	valor unitário (kzs)	valor unitário (kzs)	Grupo	peso máximo autorizado à decolagem	valor unitário	valor unitário (kzs)	
1	até 2	de 25 a 50	250 000	125 000	1	até 600	500 000	250 000	
		Mais de 50	375 000	187 500			688 680	344 340	
2	de 3 a 10	até 50	562 500	281 250	3	mais de 1.000 até 1.400	938 650	469 325	
		Mais de 50	787 500	393 750			1 315 522	657 761	
3	de 11 até 30	até 100	1 023 750	511 875	4	mais de 1.400 até 1.800	1 831 405	915 702	
		Mais de 100	1 330 875	665 437			2 535 351	1 267 675	
4	de 31 até 50	até 100	1 730 138	865 069	5	mais de 1.800 até 2.500	3 679 285	1 839 642	
		Mais de 100	2 249 179	1 124 589			4 569 594	2 284 797	
5	de 51 até 70	até 100	2 923 933	1 461 966	6	mais de 2.500 até 4.200	4 877 272	2 438 636	
		Mais de 100	3 508 719	1 754 359			5146 684	2 573 342	
6	Mais de 71	até 100	4 210 463	2 105 231	7	mais de 4.200 até 5.700			
		Mais de 100	5 052 556	2 526 278					

Por Isabel Dinis

O Governo prevê reduzir em até 50% o pagamento do Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM) para aeronaves e embarcações.

A medida consta das alterações à fiscalidade no Orçamento Geral do Estado (OGE) do próximo ano.

O IVM é a contribuição anual que todos os proprietários de veículos motorizados, como automóveis ligeiros, pesados, motociclos, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, aeronaves e embarcações, têm de pagar ao Estado.

O imposto entrou em vigor no ano passado com grandes imprevistos e lançou dúvidas por causa da modalidade de pagamento online. Muitos utentes chegaram a reclamar sobre o funcionamento da plataforma para o

pagamento do imposto.

Actualmente, as taxas para aeronaves e embarcações variam dos 250 mil até aos cinco milhões de kwanzas. Na Lei que aprova o OGE de 2022, está prevista a cobrança de valores que vão dos 125 mil aos 2,5 milhões de kwanzas.

O imposto substituiu a Taxa de Circulação que antes não incidia sobre as embarcações e aeronaves particulares. O valor cobrado é determinado pela cilindrada do motor para os automóveis. Para as

aeronaves, é cobrado pela descolagem, enquanto para as embarcações varia conforme a tonelagem de arqueação bruta.

OUTRAS MEDIDAS A CONSTAR NO OGE 2022

O OGE tem previstas medidas que têm tido a aprovação de algumas associações empresariais. Entre elas, a redução da Taxa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) para 28 produtos de amplo consumo de 14% para 7%. Além desta

estão sujeitos ao pagamento de direitos aduaneiros à taxa de 70%, calculada sobre o valor aduaneiro.

Os Operadores Económicos Autorizados também foram tidos em conta. Com quase dois anos em vigor, o programa é de adesão voluntária e já conta com mais de 20 operadores. Para 2022, os operadores vão poder pagar a prestação dos direitos aduaneiros. Também está prevista a dispensa de apresentação de garantia para a constituição de armazéns aduaneiros.

Economia/Política



OGE 2022

Governo anuncia 450 mil milhões para regularizar atrasados

O Governo anunciou, através da proposta do OGE 2022, medidas que visam estimular a economia, como é um pacote financeiro de 450 mil milhões de kwanzas (747 milhões de dólares) para “acelerar a regularização de atrasados à economia”.

Apesar de este tema ser presente em todos os orçamentos, é a primeira vez que se anuncia um pacote financeiro específico para a sua regularização.

Até então, o Governo limitava-se a anunciar a intenção de regularizar os atrasados, com o propósito de reduzir as “pressões de liquidez das empresas”, como se pode ler, por exemplo, no OGE do ano em curso.

No entanto, desde 2019 que o Governo usa o mesmo texto para manifestar “que o volume de atrasados internos, acumulados durante os

últimos anos, constitui um grande fardo para a economia produtiva e representa uma fraqueza do sistema de gestão das finanças públicas, afectando negativamente a economia”.

“Com esta medida, o Executivo objectiva reduzir o acúmulo de atrasados e libertar liquidez para a tesouraria das empresas, gerando-se com isto um impacto positivo para a economia”, lê-se nos orçamentos de 2019, 2020, 2021 e, agora, na proposta de 2022.

Grande parte dos empresários que falaram sobre o tema ao Valor Económico manifestou-se satisfeita com a medida, mas suspeitam que seja impulsionada pelo ano eleitoral.

A empresária Filomena Oliveira, por exemplo, considera “muito bom” que comecem a publicar os valores para pagamento dos atrasados, sobretudo das MPME. No entanto, refere que também “seria muito bom” que se fizesse um estudo, e que este fosse publicado, sobre as

dívidas claramente aprovadas.

“Tenho a certeza que o Ministério das Finanças chegou a estes valores com base a indicadores científicos, então era necessários que os contribuintes, que sofrem há muito tempo, soubessem”, apela.

Na mesma senda, o Governo anunciou ainda um pacote de 100 mil milhões de kwanzas para “reforçar os veículos públicos de financiamento à economia” com o objectivo de recapitalizar o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola (Fada), o Fundo de Garantia de Crédito (FGC), bem como o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (Facra).

Sobre este pacote financeiro, Filomena Oliveira entende que os recursos deveriam servir “para subsidiar as taxas de juros porque é assim em todo o mundo”. “Não se pode passar a pressão aos bancos, que também são empresas. É da responsabilidade do Estado bonificar os juros e não dos bancos”, argumenta.

MBANZA KONGO ‘ESQUECIDO’

Falta de agências compromete turismo

O secretário-geral da Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola (Aavota), Augusto Pedro, afirmou, em Mbanza Kongo, que a falta de agências de viagens com pacotes de visitas para a capital do Zaire impede turistas nacionais e estrangeiros de escalarem esta cidade inscrita no

Património da Humanidade.

Augusto Pedro que abordou nesta segunda-feira, em palestra, o tema sobre ‘O papel das agências de viagens e turismo no desenvolvimento económico’, esclareceu que a situação “retira, muitas vezes, o centro histórico da lista de preferência de turistas”, numa altura em que “pacotes destinados a Mbanza Kongo promoveriam as potencialidades existentes, nesta antiga capital do então Reino do Kongo”, despertando por arrasto

atenções de potenciais investidores no sector do turismo.

Apontando que a região se tornaria num “destino preferencial para o turismo cultural, fomentando empregos e criação de riqueza”, Pedro lamenta que, “quatro anos depois da elevação à categoria de Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, os ganhos sejam ainda inexpressivos”. E referiu-se ainda ao ambiente turístico, identificando “insuficiência de políticas e inves-

timentos empresariais para alavancar o sector”.

Com a participação de agentes económicos, académicos e membros do governo, o fórum provincial do turismo encerrou, nesta terça-feira, e abordou a importância do produto turístico para o desenvolvimento do turismo na região, entre outros, e os investimentos no turismo interno e cultural como factor determinante no processo de divulgação das potencialidades turísticas.



DEPOIS DO AUMENTO registado em Setembro, interrompendo a tendência decrescente de vários meses, a produção petrolífera de Angola voltou a registar queda em Outubro, segundo dados preliminares que estimam menos 20 mil barris/dia.



PREOCUPADOS COM AS QUEIXAS DOS EMPRESÁRIOS

Membros do CES analisam economia da Ilha de Luanda

Os membros do Conselho Económico e Social do Presidente da República discutiram, na semana passada, a situação económica e o impacto das constantes operações policiais no desempenho das empresas e negócios da circunscrição.

O Valor Económico apurou que a reportagem deste jornal, publicada na edição 282, consultou entre os documentos analisados. Os membros concluíram ser necessária e urgente a realização de um encontro mais alargado com a participação da Polícia Nacional, do Governo Provincial de Luanda, da Ahara assim como outras instituições e entidades. “É um encontro que já deveria ser realizado há muito tempo, mas não aconteceu. A vossa reportagem impulsionou e concluímos todos que devemos tratar o assunto com

seriedade”, revelou um dos membros do CES.

Empresários apontaram ao Valor Económico as operações policiais como estando entre as principais razões da queda da facturação, havendo quem as classifique como uma segunda pandemia que, a par da covid-19, torna difícil a vida dos empresários e das empresas. “Tem prejudicado muito o nosso negócio. O estrangeiro ou nacional que quer fazer turismo vem aqui, para fazer praia, beber uma cerveja. As operações provocam quedas nas receitas. Basta montar a operação à entrada, os clientes não entram nos restaurantes, assim não sobrevivemos. Há muitas famílias que dependem destes empregos, se não temos clientes, reduzimos os trabalhadores e não contribuimos para a economia”, defendeu Adilson Lopes, sócio-gerente da Malibu Beach,

Também o presidente da Associação dos Hotéis e Resorts

de Angola (Ahara), Ramiro Barreira, defendeu a implementação de gestão e tratamento diferenciado para a Ilha de Luanda.

Anunciado em Maio de 2020, o CES foi oficializado em Setembro do mesmo ano com a tarefa de dar “contribuições da comunidade empresarial, das cooperativas, da comunidade científica académica, das associações que se ocupam do desenvolvimento socioeconómico da mulher e dos jovens, assegurando assim uma participação mais activa destes nos aspectos de programação e de execução das tarefas do desenvolvimento nacional”. É constituído por 45 membros escolhidos entre especialistas nas áreas das ciências económicas e sociais, bem como empresários e gestores que cumprem um mandato de dois anos. O economista Carlos Rosado de Carvalho, um dos integrantes do CES abandonou o órgão, evocando razões pessoais.

GOVERNO DE LUANDA AGUARDA MININT

Falta de dinheiro e de entrega oficial ‘apagam’ semáforos

OGoverno Provincial de Luanda (GPL) justifica o ‘apagão’ dos semáforos nas ruas da capital com a falta de dinheiro para cobrir as despesas logísticas, técnicas e para a compra de material e outras peças no exterior. “O não funcionamento regular dos semáforos consiste na necessidade periódica de manutenção dos mesmos”, explica o gabinete dos Transportes e Mobilidade Urbana do GPL, insistindo que a falta de “dinheiro tem sido o maior constrangimento” para a manutenção dos aparelhos nas principais ruas da cidade.

“Existe uma equipa de técnicos do Ministério do Interior (Minint) que tem feito algumas intervenções superficiais, mas a falta de material para substituir resulta da paralisação de alguns semáforos”, lamenta.

Apesar de ter assumido recentemente a gestão da plataforma de semáforos, competência antes atribuída ao Minint, o GPL reclama não ter recebido ainda os activos.

É um dos factores que também tem contribuído para a dificuldade de pôr a funcionar os aparelhos, essenciais à mobilidade urbana. “Devíamos receber e oficializar o acto tendo em conta a orientação do Presidente da República por via do seu despacho. O que está em falta é a entrega oficial que ficou pendente pela recepção dos passivos e os activos”, esclarece.

No entanto, há anos que as autoridades têm dificuldades em manter os semáforos acesos com regularidade e questões financeiras têm sido apontadas como a principal razão. Em 2019, por exemplo, o Ministério do Interior anunciou que a dívida com a empresa privada que geria o sistema Vlatacom estava praticamente regularizada.

A dívida em causa arrastava-se desde 2010, estava avaliada em cerca de 13 milhões de dólares e inviabiliza o funcionamento dos sinais. Antes do Minint, até 2010, a gestão dos semáforos era da responsabilidade do extinto Gabinete de Intervenção para a Província de Luanda.

Por: *Guilherme Francisco*



Mercados & Negócios

EMPRESA NORTE-AMERICANA RESPONDE AO BNA

Wayfex garante não estar ilegal

A Wayfex, empresa tecnológica do sector financeiro (Fintec), com sede nos Estados Unidos da América, garante não estar a operar de forma ilegal e directamente em Angola, como referiu o Banco Nacional de Angola (BNA) em comunicado.

Ao Valor Económico, Carlos Veiga, fundador e CEO da Wayfex, explica que a empresa facilita os clientes, sobretudo empresários e investidores, com dificuldades no acesso às divisas para pagamentos no exterior, através do parceiro “devidamente licenciado pelo regulador”, no caso, a Unitransfer.

“Dada a natureza global do negócio, a Wayfex desenvolveu uma plataforma web de promoção de swaps de activos financeiros entre os seus clientes e

conta com parceiros totalmente regulados nas jurisdições onde ocorrem as necessidades de pagamentos locais, que complementam a sua capacidade de serviço, sendo que os contratos de swap são estabelecidos directamente entre a Wayfex e os seus clientes”, explica o gestor, referindo que, no caso dos EUA, a empresa conta com a Wells Fargo para as contas ‘trust’ e, em Angola, com a Unitransfer “que está licenciada pelo BNA para Serviços de Pagamentos (que é exactamente o serviço que fornece à Wayfex), em kwanzas e entre contas domiciliadas apenas em território angolano”, explica.

O empresário, que garante que a actividade com clientes baseados em Angola decorre na normalidade apesar do exposto pelo regulador, mantendo a previsão de transaccionar 100 milhões de dólares até ao final do ano, sublinha que não opera

no mercado cambial. E refere, por exemplo, o processo de compliance “que envolve mecanismos de Know-Your-Customer, Anti-Money-Laundering e de Counter-Terrorism, de acordo com o que nos é exigido pelo FinCen, nos EUA”.

Em comunicado emitido a 4 deste mês, o BNA esclareceu que não concedeu qualquer aval ou licença à referida empresa para o exercício de quaisquer actividades no país, embora reconheça que o seu parceiro esteja legal.

“Apesar de a UNITRANSFER, S.A. ser uma instituição financeira não bancária, autorizada pelo Banco Nacional de Angola a desenvolver parcialmente a actividade de comércio de câmbio, não está habilitada a realizar operações de swaps e quaisquer outras fora do seu objecto social”, alertou o BNA.

Por: *Guilherme Francisco*



Carlos Veiga,
fundador e CEO
da Wayfex,



POR FALTA DE COMPRADOR

TAAG não será privatizada em 2022

O presidente do conselho de administração do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape), Patrício Vilar, garantiu que a Taag não será privatizada em 2022, por não haver compradores.

A intenção de privatização da transportadora, segundo Vilar, não poderá ser efectuada no próximo ano devido aos “abalos económicos”, registados a nível internacional, face à pandemia da covid-19, que obrigou a que os compradores se resguardassem de modo a estudarem melhor as devidas flutuações do mercado.

“Sejamos directos e assumir que não há compradores. A aviação está a recuperar, mas levará o seu tempo”, afirmou Patrício Vilar, durante o balanço do programa de Privatizações (Propriv).

Por seu turno, o administrador executivo da companhia, Rui Carreira, afirmou, durante a apresentação do programa, que o Estado continuará a ser o maior accionista da Taag, ficando com 51% das acções, ao passo que 10% ficarão para o fundo de trabalhadores do sector dos Transportes. Os restantes 39% serão comercializados no mercado.

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

DE JURE

CASO ANGOSKIMAS, NO CUANDO-CUBANGO

PGR nega qualquer investigação a Júlio Bessa

Por Redação

A PGR (Procuradoria-Geral da República) negou, esta segunda-feira, a instauração de um processo criminal contra o governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, por supostos actos de peculato.

Numa nota a que a Angop teve acesso, a PGR admite ter tomado conhecimento de notícias divulgadas nas redes sociais sobre a abertura de um processo de inquérito contra o governador provincial do Cuando-Cubango, Júlio Bessa.

“Por não corresponder à verdade, a pedido do interessado e por solicitação de alguns órgãos de comunicação social, somos a informar que, até à presente data, a PGR não instaurou qualquer investigação contra o cidadão” refere a nota, esclarecendo que a instauração de procedimento criminal contra qualquer cidadão deve ser suportada por indícios de ocorrência de crime a serem, no caso, objecto de investigação nos termos da lei.

O ‘caso Angoskimas’ foi denunciado, no mês passado, em primeira mão, pelo jornal ‘Folha 8’, que fazia referência a uma dívida acima dos 500 milhões de dólares reclamada por uma empresa ao governo do Cuando Cubango, cujos contornos geraram suspeitas de uma tentativa de desvio de fundos públicos.

Cálculos do Valor Económico colocaram, entretanto, a dívida reclamada e validada em mais de 731 milhões de dólares. Os documentos que suportam as denúncias estão assinados pelo governador do Cuando Cubango, Júlio Vieira Bessa, e pelo secretário-geral do governo provincial, Edgar Xisto Vieira Catito, e declaram o reco-



Júlio Bessa
Governador
do Cuando-
Cubango

hecimento da dívida referente “ao fornecimento de bens diversos e géneros alimentícios” ao governo local.

Na acta de reconhecimento de dívida, elaborada na sequência de uma reunião entre o governo do Cuando Cubango e a empresa Angoskimas, a 16 de Junho de 2021, as partes concluíram pelo apuramento do valor da dívida de 439.552.312.379,07 kwanzas, ao contrário do valor anteriormente calculado de 2.996.514.112.475 kwanzas (4,994 mil milhões de dólares), um corte de 85%.

Na edição 279 do Valor Económico, uma consultora especializada em análise financeira, a Global Governance Finance (GCF), reduziu o valor da dívida reclamada pela empresa Angoskimas ao governo do Cuando Cubango, de 2,9 triliões de kwanzas para 2,9 mil milhões de kwanzas, após consultoria prestada entre 2020 e 2021.

De acordo com o responsável da

GCF, Feliciano Lucanga, a dívida de 2,9 triliões de kwanzas teria sido validada de forma “errada”, argumentando que, hoje em dia, “não faz sentido usar a legislação passada” para reclamar dívidas antigas. E, ao contrário do que afirmam ex-governantes e governantes actuais consultados pelo Valor Económico, Lucanga garantia que as dívidas reclamadas pela Angoskimas já eram do conhecimento de vários governadores que passaram pelo Cuando Cubango.

A dívida teria sido contraída entre 1992 e 1997, tempo em que o país usava o kwanza reajustado e estava em guerra. Ao abrigo do decreto lei de 12/99 de 12 de Novembro, foi extinto o kwanza reajustado, passando a vigorar uma nova moeda. “Esta dívida é de apenas 2,9 mil milhões de kwanzas usando a regra ‘dos três simples’ e a legislação”, resumia o consultor. “Ressaltei sempre este aspecto ao dono da empresa que o valor que ele reclama

já não era o mesmo. Quando aconselhei, o senhor pensou que a dívida tinha reduzido bastante e que estava a aconselhar mal. E outros prometeram resolver a sua dívida”, explicava a este jornal.

Admitindo que o Governo abriu uma excepção pelo “choramingar” do empresário, uma vez que a empresa já “tinha perdido a legitimidade de reclamar”, o consultor entende que o governador do Cuando Cubango teria sido induzido em erro pela sua equipa para validar a dívida. “Duvido muito que o governador pegou no processo e autorizou. Algum membro da sua equipa levou o processo. Quando o processo entrou, o governador não esteve lá”, cogita, desafiando o governador a explicar os cálculos que fez para chegar aos 439,5 mil milhões de kwanzas validados contra os 2,9 triliões de kwanzas anteriores. “Agora, o governo tem pedido ‘batimento’ das dívidas públicas?”, questiona-se.



ELEIÇÕES GERAIS

Parlamento aprova Lei

O projecto de alteração à Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais foi aprovado esta segunda-feira, na Assembleia Nacional, nos termos solicitados pelo Presidente da República, com 132 votos a favor, nenhum contra e 41 abstenções.

Numa mensagem endereçada ao Parlamento e lida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, João Lourenço pede aos deputados a necessidade urgente de se materializar o princípio democrático em relação às eleições.

Na carta, o Presidente felicita o “árduo trabalho de todas as formações políticas e registo com apreço a disponibilidade manifestada para o debate franco e aberto, bem como o esforço feito para a busca do mais amplo consenso possível”.

O chefe do Estado recordou que a Constituição define, no artigo 2.º, a República de Angola como Estado democrático e de Direito que tem como fundamentos, entre outros, a soberania popular e soberania representativa e participativa.

A soberania, nos termos do artigo 3.º, segundo João Lourenço, pertence ao povo que a exerce através do sufrágio universal, livre, directo e periódico, destacando que a realização das eleições é, por isso, um dos principais instrumentos de concretização do princípio democrático.

EMPRESAS MAIS VALIOSAS DO MUNDO NA ÚLTIMA DÉCADA

Domínio dos EUA com a China a espreitar

Por Emídio Fernando

NEGÓCIOS. Nos últimos 10 anos, mundo empresarial tem assistido à ascensão da China. Em 2012, duas grandes chinesa conseguiram intrometer-se no domínio norte-americano, na lista das mais valiosas. Mas as grandes tecnológicas quase não são beliscadas e até se assiste ao crescimento da Google e da Facebook, hoje transformada em Meta. Petrolíferas vão perdendo terreno.

2011 - EQUILÍBRIO ENTRE PETROLÍFERAS E TECNOLÓGICAS

Em Novembro de 2011, a norte-americana Apple consolidava a liderança como a empresa mais valiosa do mundo. Sentia uma ligeira ameaça das petrolíferas e eram tempos em que empresas da Holanda e da China ainda faziam 'braço-de-ferro' com a gigante fundada por Steve Jobs. Na década, iam surgindo as novas tendências: o comércio, bem representado pela Walmart, e as telecomunicações.

2016 - MONOPÓLIO DOS EUA

As 10 empresas mais poderosas, no início de 2016, foram todas criadas nos EUA. Metade delas ligadas às novas tecnologias. Surgia, em poucos anos, a Google e, um pouco mais atrás, um quase desconhecido Warren Buffet que, com a sua Berkshire Hathaway, 'saltava' directamente para os cinco mais. Foram os anos da palidez

das petrolíferas e do crescimento dos correios da Wells Fargo, que já era famosa por causa dos filmes de 'cow-boys'.

2021 - A ERA DOS NOVOS

Empresas árabes, como a Saudi Aramco, chinesas, como a Tencent, dedicada à indústria dos videojogos, e a Ali Baba, começam a ameaçar seriamente a hegemonia norte-americana. Mesmo assim, metade das mais poderosas ainda são dos EUA e, todas elas, tecnológicas. A Era também é da Tesla, com os seus carros eléctricos, e das lentas ascensões da Google e da Facebook. A chegar à tabela, a chinesa Alibaba ameaça o poderio conquistado pela Amazon no comércio electrónico. E o destaque vai para a recuperação das petrolíferas pela mão da Saudi Aramco. As previsões apontam, nos próximos tempos, para o fortalecimento de empresas que constroem as redes sociais.

Valores em mil milhões de dólares

2011 2016 2021

1 - Apple	EUA	551
2 - Shell	Holanda	442
3 - ExxonMobil	EUA	391
4 - Microsoft	EUA	256
5 - Petro China	China	236
6 - Walmart	EUA	233
7 - IBM	EUA	223
8 - China Mobile	China	216
9 - General Electric	EUA	215
10 - AT&T	EUA	207

1 - Apple	EUA	586
2 - Google	EUA	525
3 - Microsoft	EUA	438
4 - ExxonMobil	EUA	337
5 - Berkshire Hathaway	EUA	330
6 - General Electric	EUA	331
7 - Amazon	EUA	310
8 - Facebook	China	303
9 - Johnson&Johnson	EUA	289
10 - Wells Fargo	EUA	273

1 - Apple	EUA	2,219
2 - Saudi Aramco	A. Saudita	2000
3 - Microsoft	EUA	1,734
4 - Amazon	EUA	1,636
5 - Google	EUA	1,266
6 - Facebook	EUA	881
7 - Tencent	China	709
8 - Tesla	EUA	641
9 - Alibaba	China	622
10 - B. Hathaway	EUA	556



(In)formalizando



Mário Mujetes © VE

FALTAM FERROS-VELHOS

Sucateiros precisam de um a seis meses para fechar um contentor

Um a dois meses é, em média, o tempo que normalmente os sucateiros ou catadores de sucatas, precisam para encherem um contentor e venderem o material às fábricas de ferro.

Os cálculos pertencem aos comerciantes habituados a negociar as sucatas. Um deles, Manuel Francisco António, está no negócio há quatro anos. Opera na Avenida Hoji ya Henda (ex Avenida Brasil), comprando variedade de sucatas. Paga, por exemplo, 200 kwanzas pelo quilo de lata velha, 300 pelo de alumínio e mil kwanzas pelo quilo de cobre. Pelas sucatas de motores maiores de ar condicionado paga 500 kwanzas e o mais pequeno compra por 300 kwanzas.

Por sua vez, Dumbouya Mamoudou, que opera no bairro da Boavista paga ligeiramente menos, cerca de 50 kwanzas pelo quilo, independentemente do tipo.

Fernando José entrou incentivado a convite de um cidadão senegalês, em 2011. Os dois calcularam que iriam precisar de, pelo menos, meses e seis, dependendo da procura, para conseguirem lotar um contentor e, assim, estarem em condições de fornecer às fábricas de ferros e outras como a Fabrimetal e Ada-Aço. “Nem sempre é fácil adquirir, por vezes falta. Nos momentos menos bons, podemos mesmo levar seis meses para fechar um contentor”, explica Fernando José. Os dois adquirem o material a diversas pessoas em vários locais.

A Fabrimetal é um dos

destinos do material. Recentemente, em entrevista ao Valor Económico, Luís Diogo, director da fábrica, revelou que paga 110 mil kwanzas por tonelada, mas, em 2019/2020, pagava apenas 35 mil kwanzas.

“O objectivo é levar os fornecedores à porta, já carregados de material nos camiões e depois é feita uma avaliação da mercadoria, daí é descarregada a matéria-prima, e este material é pago a 110 mil kwanzas a tonelada. Esta actividade tem um efeito muito grande na economia, gera rendimento aos fornecedores, os fornecedores geram rendimento as outras pessoas que trabalham para eles”.

Há jovens e crianças, com idade entre os oito a 25 anos, a trabalhar como catadores de sucatas de forma a ajudarem as suas famílias.

NO RANGEL, EM LUANDA

Jovens formalizam negócios com oferta de quiosques

O projecto Quiosques Kala-kala, lançado em Maio deste ano pela ONG Acção Humanitária Angola Unida (ACHAU), no Distrito do Rangel com objectivo de promover o autoemprego na comunidade, entregou mais 5 quiosques a novos beneficiários depois das primeiras cinco entregas na véspera do lançamento.

Os quiosques são oferecidos a residentes do distrito que têm alguma arte e trabalham na rua. Estão equipadas para trabalhos de barbearia, corte e costura, sapataria, electrónica, manicure e pédicure e salão de beleza, em contrapartida os beneficiários devem cuidar bem dos quiosques, não vendendo neles outros produtos que não sejam os

registados na entrega.

Para além de receberem os quiosques os seleccionados são orientados a legalizarem os seus negócios e passam a pagar a energia que usam no espaço.

Por outro lado, os beneficiários que não pagam nada e que são escolhidos de forma aleatória devem trabalhar com pelo menos um ajudante que deverá aprender a mesma actividade e posteriormente beneficiar também de um quiosque. É ainda obrigação de quem recebe o quiosque manter limpo o local em que trabalha num perímetro mínimo de 200 metros.

Sebastião Silva responsável do projecto reitera que os que não cumprem as orientações lhes são retirado os quiosques, e conta que três beneficiários da primeira entrega já perderam os por terem se desviado dos objectivos dos mesmos.



Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

A nova era de cooperação China-África



Gong Tao,
Embaixador
Chinês

Desde a Cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em Beijing (2018), a China e África trabalharam lado a lado e um grande número de projecto de cooperação foi implementado. A taxa geral de concretização das 'Oito Acções Principais' ultrapassou 85%. 70% do fundo de apoio, 60 mil milhões USD, foi colocado em uso ou arranjado, e os resultados foram benéficos para

os povos China-África. A cooperação China-África tornou-se um exemplar para a cooperação Sul-Sul e um modelo da cooperação internacional com África. No final do corrente ano, será realizada no Senegal a 8.ª Conferência Ministerial do FOCAC, que irá promover a qualidade e nível da cooperação China-África, focalizar na cooperação de saúde, capacidade de produção, conectividade regional, agrícola, digital, protecção ambiental, segurança militar, formação de quadros, formação técnica e outras áreas-chave, e introduzir uma série de medidas práticas.

Os amigos angolanos sabem que a amizade China-África resistiu ao teste das circunstâncias e se fortaleceu com o tempo. Já no período em que África lutava pela independência e libertação nacional, éramos camaradas de armas

e construímos uma amizade profunda. No período de desenvolvimento económico e vitalização de África, somos também parceiros de cooperação ganha-ganha. Durante a covid-19, lutamos juntos em solidariedade. O FOCAC é a nossa própria plataforma de diálogo colectivo e mecanismo de cooperação pragmática para a família amiga China-África. As nossas relações melhoraram e elevaram gradualmente de 'nova parceria' para "nova parceria estratégica", mais tarde para "parceria estratégica abrangente".

A cooperação China-África não é apenas verbal, mas também concreta. Nos 21 anos desde a criação do FOCAC, o volume do comércio China-África e investimento directo da China na África aumentaram 20 vezes e 100 vezes, respectivamente. A China é o segundo maior importador de



Os amigos angolanos sabem que a amizade China-África resistiu ao teste das circunstâncias e se fortaleceu com o tempo.

produtos agrícolas africanos, o maior financiador bilateral de infra-estrutura de África. A China construiu milhares de quilómetros de caminho de ferro e estradas em África, como também 130 instalações médicas, 45 estádios e mais de 170 escolas. A China participou a construção de mais da

metade de redes sem fio e redes de banda larga, e montou 200 mil quilómetros da fibra óptica na África. 21 mil médicos chineses foram enviados para África, 220 mil milhões de pacientes africanos foram diagnosticados e tratados por médicos chineses. A China tem sido o maior país parceiro comercial de África por 12 anos consecutivos. De Janeiro a Julho de 2021, o volume de comércio China-África atingiu 139,1 mil milhões USD, registando um aumento de 40,5%, o nível mais alto no mesmo período da história. Durante a covid-19, a China forneceu grande quantidade de assistência, incluindo materiais biossegurança e vacinas a 53 países africanos e à União Africana. A construção do edifício-sede do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças, construído pela China, começou em Dezem-

O reconhecimento, para além de um forte elemento de engagement, é também uma ferramenta que alavanca a motivação, o desempenho, a felicidade e bem-estar.



gem ao exterior como Chefe de Estado. Depois, fez quatro percursos por toda África. Recentemente o presidente Xi Jinping propôs solenemente a "Iniciativa de Desenvolvimento Global" e apelou à comunidade internacional para acelerar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os líderes chineses e africanos se reuniram em 2018 em Beijing para uma cimeira histórica, na qual o presidente angolano, João Lourenço, liderou uma delegação para comparecer, e fez uma visita de Estado à China logo depois. No âmbito da Iniciativa de Cinturão e Rota, 44 países africanos e a Comissão da UA assinaram documentos de cooperação com a China. O intercâmbio humano e cultural elevou-se para um patamar sem precedentes. O Festival da Juventude China-África, o Fórum de Think Tank, o Projecto Conjunto de Estudos e Intercâmbio, o Diálogo de Alto Nível China-África sobre Redução da Pobreza e o Centro da Imprensa China-África teve grande sucesso. Foi inaugurado o Instituto China-África. Até ao momento, a China forneceu cerca de 120 mil bolsas governamentais para países africanos e estabeleceu 61 Institutos Confúcio e 44 Salas Confúcio em cooperação com 46 países africanos. Na Universidade de Agostinho Neto, em Luanda, estabeleceu-se um Instituto Confúcio para divulgar a cultura chinesa aos alunos angolanos.

bro do ano passado. A China assinou planos de cooperação com 38 países africanos e lançou oficialmente o mecanismo de cooperação para hospitais China-África. Essa cooperação tem proporcionado um forte apoio à retoma do trabalho e à recuperação da economia africana.

O presidente chinês, Xi Jinping, avançou os princípios de "sinceridade, efectividade, afinidade e boa-fé" e busca do maior bem e de interesses comuns, está pessoalmente comprometido com a construção duma comunidade ainda mais forte com um futuro comum China-África e maior intercâmbio com seus homólogos africanos, promovendo assim a aceleração do desenvolvimento das relações sino-africanas. Em 2013, o presidente Xi Jinping visitou África na sua primeira via-

África é um continente cheio de potencial e suas perspectivas de desenvolvimento são infinitamente brilhantes. China e Angola são parceiros e irmãos sinceros e confiáveis. Os dois países persistem em levar adiante a boa tradição de solidariedade e assistência mútua. Gostaria de dizer que cada reunião do FOCAC é sempre um convívio de bons amigos, irmãos e parceiros na perspectiva da nova era de cooperação China-África. Estou convencido que, com os esforços conjuntos China-África, o mecanismo do FOCAC irá conduzir a cooperação bilateral a florescer e dar frutos, e fará novas contribuições para a comunidade China-África mais próxima com destino compartilhado. A China está disposta a navegar no mesmo barco com irmãos africanos e escrever um novo capítulo da cooperação amigável China-África!

O reconhecimento – um pilar das organizações



Patrícia Vicente,
Manager EY,
People Advisory
Services

O reconhecimento dos Colaboradores é um pilar fundamental nas Organizações e de uma liderança eficaz. Num mercado tão competitivo como o actual, em que a competição pelos talentos é forte, a forma como as organizações valorizam os seus colaboradores ganhou ainda mais importância.

Numa altura em que as relações profissionais são estabelecidas à distância, quer seja em formato permanente, quer híbrido, é fundamental que os líderes e as áreas de gestão de pessoas, questionem se as práticas das suas empresas estão ajustadas a este formato de trabalho à distância. Nomeadamente na gestão e retenção de talentos, numa comunicação próxima, empática e transparente – o que, no final, se traduz, efectivamente, no reconhecimento dos colaboradores.

O reconhecimento, para além de um forte elemento de engagement, é também uma ferramenta que alavanca a motivação, o desempenho, a felicidade e bem-estar das

pessoas no trabalho, e que, consequentemente, promove o aumento de produtividade.

A criação de uma cultura de reconhecimento nas organizações desenvolve nas pessoas que delas fazem parte o sentido de valorização e realização, promovendo uma sensação de felicidade que se traduz em resultados para a empresa, através do seu empenho, lealdade e entrega. Existem dois vencedores nesta cultura de reconhecimento – a empresa e o colaborador.

O reconhecimento que, muitas vezes, se pode traduzir numa recompensa monetária, seja através de um prémio, seja de um aumento salarial, deve manifestar-se também em algo mais simples (económico) e igualmente (ou mais) significativo – um feedback individual de agradecimento no momento certo, um elogio perante a equipa ou uma oportunidade para desenvolver competências. Mas fundamental, é que qualquer que seja o tipo de reconhecimento, seja um reconhecimento significativo para aquele colaborador.

Embora não exista um plano universal na criação de uma cultura de reconhecimento nas organizações, é necessário ter em conta alguns pontos:

- **Ser específico:** o reconhecimento deve estar vinculado ao cumprimento de objectivos, para que mais facilmente se

relacione o reconhecimento ao comportamento;

- **Usar o momento certo:** quanto mais tempo passa, menor o impacto e significado. É importante criar sistemas que priorizam o reconhecimento dos colaboradores, para um impacto mais significativo;

- **Adequar a forma:** é necessário ter uma perceção clara da forma de reconhecimento mais adequada ao ambiente de trabalho e a cada indivíduo;

- **Atenção a pequenos gestos:** embora seja determinante reconhecer as grandes concretizações, os agradecimentos diários podem motivar os colaboradores tanto ou mais;

- **Visão geral:** o reconhecimento ajuda os colaboradores a verem que a empresa os valoriza e como os seus resultados têm impacto no sucesso da organização.

Uma cultura de reconhecimento fortemente instituída numa organização traduz-se em resultados no desempenho e na produtividade dos colaboradores. O engagement é reforçado e reflectido nos valores e objectivos da empresa, assente num processo de comunicação claro e transparente e numa participação mais consciente nos objectivos e resultados da organização.



Opiniões



O que faz da China um concorrente internacional temido?



Alves da Rocha,
economista

Dois dos aspectos mais marcantes e, simultaneamente, mais controversos das reflexões e estudos sobre a China são “até aonde podem ir nas suas dinâmicas de crescimento” e “o seu modelo político-económico é um novo paradigma de desenvolvimento”?

Do ponto de vista histórico, o crescimento da economia chinesa, nas quatro últimas décadas, foi sim-

plamente estonteante (uma média anual de 9,5% em termos líquidos (expurgado o crescimento demográfico) e a duplicação do rendimento médio a cada sete anos), possibilitando a declaração oficial da extinção da pobreza extrema no país, em 2020, e a criação de uma classe média que tem catapultado o consumo privado para níveis nunca antes atingidos. Esta circunstância contribuiu para a introdução de ajustamentos no modelo de crescimento, com a consideração do mercado interno e da sua transformação qualitativa num factor endógeno do seu crescimento económico, reduzindo-se, assim, a dependência do mercado externo de exportações. Aproveitando-se das sinergias que tal modelo consente entre diferentes sectores de actividade, em especial agricultura e indústria, os programas de polí-

tica económica centraram-se nestas dinâmicas de criação interna de valores agregados, numa espécie de ‘clusters’ de Michael Porter, onde se maximizam as vantagens comparativas resultantes de uma integração (vertical ou horizontal) de sectores de actividade com determinadas afinidades.

Mesmo em situações anormais de funcionamento da economia chinesa – porque também inserida na economia-mundo planetária, sofre das situações relacionadas com as fases descendentes dos ciclos económicos – como no recente caso da covid19, as suas dinâmicas, ainda que desacelerem em certos períodos, recuperam rapidamente. Que razões estiveram e estão na base desta extraordinária capacidade de lidar com determinados infortúnios e converter as políticas públicas de intervenção em efectivos factores

de aceleração sistemática do Produto Interno Bruto? As reformas económicas e sociais permanentes, focadas e implementadas com autoritarismo e autoridade, podem ser uma explicação. No mesmo sentido podem invocar-se as revoluções científicas e tecnológicas, que colocam, neste momento, a China como um dos líderes mundiais da investigação e pesquisa científica, em especial nos domínios das novas tecnologias de informação, na pesquisa médica e farmacológica e na investigação de novos equipamentos de produção de elevado valor de produtividade. Num ambiente generalizado de pandemia da covid19 a nível planetário, a China fintou a recessão mundial, conseguiu limitar os efeitos de contágio e proteger a sua economia. As reformas económicas permanentes e os poderosos investimentos em

infra-estruturas e em pesquisa de transformação tecnológica, ajudaram a conviver com a crise pandémica da melhor maneira possível. Entre todas as mais importantes economias do mundo, a China foi a única a apresentar uma taxa de crescimento positiva em 2020, e estimada pelo Fundo Monetário Internacional em 2,3% (World Economic Outlook, October 2021). Mas não foi este o único episódio de contraciclo mundial protagonizado pela China. Numa aliança entre grupos dentro do Partido Comunista Chinês a partir de 1989, contribuiu para se estabilizarem as reformas políticas e económicas e contrariar os efeitos da grande recessão mundial entre 2007 e 2009. Uma vez mais, a crise económica e financeira passou ao lado do gigante asiático, sendo, no final do dia, estes factos e evidências que levam a considerar o

A integração da China na logística das grandes empresas internacionais foi decisiva para a integração e convergência da economia chinesa com as maiores economias do planeta.



A maior parte dos países africanos sai muito mal nesta fotografia da inovação mundial e na parte ao Sul do Sara apenas se salvam a África do Sul (61.º) e Cabo Verde (89.º). Os tradicionais parceiros da China estão localizados depois da posição 100, ocupando Angola (detentora da maior dívida pública externa face a este país) o último lugar da lista (132.º).

modelo chinês como um paradigma para muitas economias ainda em patamares muito insignificantes e periclitantes de transformações económicas, sociais e políticas na direcção de desenvolvimento económico mais sustentáveis e amigos das populações.

Estas alianças, estratégicas ou de circunstância, dentro do maior partido político do mundo, levaram, de certa maneira, a politizar e a ideologizar as modalidades do seu crescimento económico (a maior influência do Partido Comunista Chinês sobre a economia do país tem levado as suas lideranças a considerarem como mais importantes as empresas públicas do que as empresas privadas para a configuração da estrutura produtiva).

A integração da China na logística das grandes empresas internacionais foi decisiva para a integração e convergência da economia chinesa com as maiores economias do planeta, como a da Alemanha, Estados Unidos e França. Talvez resida aqui o essencial dos receios de muitas economias quanto à possibilidade de poderem ser “canibalizadas” pelo gigante asiático, em especial economias fragilizadas e sem grande apetência e capacidade de inovação. Com efeito, a inovação e de acordo com trabalhos de alguns prémios Nobel de Economia (Paul Rommer, Robert Lucas e mesmo Robert Solow), a investigação e a inovação passaram a ser incorporados da função de produção global como factores de produção de elevados retornos à escala. Portanto, as prioridades que a China concedeu e tem concedido às investigações e à permanente melhoria dos componentes do seu capital humano ajudam a compreender as causas dos seus progressos e os receios que a maior parte das economias altamente desenvolvidas sente quanto à ameaça chinesa à sua supremacia.

De acordo com o Global Innovation Index 2021, a China é o 12.º país com o maior número de inovações em 2020, apresentando uma base estrutural altamente desenvolvida para que as inovações se multipliquem e melhorrem de qualidade a cada ano que passa. A China está à frente de países como o Japão, o Canadá, a Áustria, a Noruega, Portugal e Espanha. A maior parte dos países africanos sai muito mal nesta fotografia da inovação mundial e na parte ao Sul do Sara apenas se salvam a África do Sul (61.º) e Cabo

Verde (89.º). Os tradicionais parceiros da China estão localizados depois da posição 100, ocupando Angola (detentora da maior dívida pública externa face a este país) o último lugar da lista (132.º). Será este um domínio de aprofundamento das relações políticas e económicas entre a África subsariana e a China, ou, pelo contrário, um elemento de aprofundamento das desigualdades entre o sub-continente africano e o poderoso Império do Meio? Como sublinhado atrás, a inovação é um poderoso factor de crescimento e de difusão do desenvolvimento, que, provavelmente, os países devem guardar para si. É conhecida a enorme competitividade em torno das inovações, levando mesmo alguns países à prática da espionagem industrial”. Provavelmente então a cooperação terá de se confinar ao estabelecimento das condições estruturais para facilitar o acontecer das inovações, e uma delas é a educação.

É interessante a posição oficial sobre o modelo de desenvolvimento da China. No artigo do Embaixador da China em Angola a propósito da comemoração dos 70 anos da República Popular da China (Semanário Valor Económico de 28 de Setembro de 2021), onde, a dada altura do texto se lê “... são também medidas importantes que atendem ao requisito inerente de aprimorar a economia de mercado socialista e que tem em vista criar um ambiente de negócios justo e competitivo, abrir um maior espaço para o crescimento de todos os tipos de agentes do mercado, especialmente as pequenas e médias empresas, e proteger melhor os direitos e interesses dos consumidores”. A economia social de mercado foi um conceito desenvolvido por alguns dos mais brilhantes economistas alemães e aplicado a partir de Bismark e que tem levado a Alemanha a desenvolvimentos consideráveis da sua sociedade, sendo hoje uma das que apresentam os mais elevados índices de desenvolvimento humano. Podem não ser comparáveis os conceitos – permanecendo, portanto, o desafio de melhor se compreender o chinês –, mas os resultados apontam no sentido de uma diminuição das diferenças entre a China e a Alemanha. E para África, o modelo chinês é adaptável ou aplicável *ipsis verbis*?

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana que passou, decorreu um despique curioso entre o director do PAM, o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, e o homem mais rico do mundo, Elon Musk, o dono da Tesla. David Beasley desafiou Elon Musk e Jeff Bezos, o segundo homem mais rico do mundo e dono da Amazon (que andam entretidos ultimamente a fazer viagens ao espaço), a focarem-se um pouco no que se passa no planeta Terra e doarem seis biliões de dólares para assegurar que 42 milhões de pessoas não morrem de fome. Elon Musk, que é conhecido por não levar desaforo para casa, respondeu ao desafio com um contra-desafio ao director do PAM, dizendo-lhe que venderia imediatamente acções da Tesla para doar esses seis biliões (que são só 2% da sua riqueza) se Beasley conseguisse comprovar que esse valor ia resolver o problema da fome, mostrando a contabilidade do programa e onde e como vai gastar. Beasley não baixou os braços e disse que não publicava as contas no Twitter, mas que convidava Musk a ver in loco as contas e os planos para mitigar a tempestade perfeita da covid-19 misturado com os conflitos e as crises climáticas que estão a multiplicar a pobreza.

Até 2019, a taxa mundial de pobreza extrema seguia em queda consistente e situava-se nos 9.3% e a pandemia trouxe um retrocesso nesta tendência com um aumento para 9.5% em 2020 – duas décimas que equivalem a mais ou menos 120 milhões de novos pobres. Apesar da maioria dos novos pobres estarem na Ásia, é em África, o Berço

da Humanidade, que moram as taxas de pobreza mais elevadas. Em 2019, África registava 70% da pobreza extremamundial apesar de ser o continente com mais recursos naturais.

Mas este despique entre o director do PAM e o homem mais rico do mundo, que, como qualquer investidor, quer ter a certeza de que o seu investimento é bem aplicado, leva à tal pergunta ‘cacimbada’ do porquê um continente com tanta riqueza natural continua na condição de pedinte que depende das almas caridosas de fora?

E é claro que grande parte da resposta está na incapacidade das suas lideranças.

Basta pensar nas que vão de mão estendida pedir aos países desenvolvidos, mas que gastam fortunas em viagens de luxo de jacto privado para passear os sapatos e as pastas de pele de crocodilo em cimeiras ambientais onde vão dizer absurdos como energias limpas como prioridade num país sem saneamento e que literalmente vive de gerador (que não só consome energia suja como produz imensa poluição). São as novas promessas – Califórnia ambiental em 2025... Por mais que se tente não ser negativo ou cáustico, todas as semanas temos um novo ridículo a marcar a actualidade. As lideranças africanas, e a nossa em particular, mostram-se frequentemente um poço de confusão mental incapaz de se focar em prioridades que tirem o continente e sobretudo a região da África subsariana da condição de mendicidade em que parece estar presa.

Mas há outros factores que, sendo, em certa medida, imputáveis à incompetência das lideranças (que não os elencam como prioridades), não estão apenas nas suas mãos. Um desses factores que mantém a África subsariana no topo da pobreza extrema é sem dúvida a elevada taxa de crescimento demográfico.

Os dez países com maior taxa de natalidade são o Níger, em que a média é de 6.9 por mulher, seguido pelo Congo, Mali, Chade, Angola com 5.5, a Nigéria, Burundi, Burquina Faso, Gâmbia e Uganda.

Todos africanos e todos com taxas de pobreza elevada e em que, em média, cada mulher tem, no mínimo, 5 filhos.

Na semana passada, o entrevistado do Valor Económico, director de uma companhia de alumínio angolana, dizia temer um futuro complicado para Angola se nada mudar e que vê muita gente comer nos contentores de lixo. E dificilmente mudará porque as prioridades da nossa liderança claramente não são as pessoas e as crianças que cada vez mais comem nos contentores de lixo. As prioridades da governação que temos andam por aí a oscilar entre combates a inimigos pessoais, viajar e receber prémios por coisas que os governados não vêem feitas, substituir volta e meia ministros para animar a dança das cadeiras, adoptar novos programas de governo a meses de eleições (agora é o ambiente que está na berra) e, claro, manter o poder a qualquer custo usando as instituições e os poderes que forem necessá-

rios ainda que o preço seja a sua fragilização.

E agora pergunto eu, porque é que não se conhece um programa claro com métricas compreensíveis, objectivas e realizáveis (no fundo, o mesmo que Elon Musk pedia ao director do PAM que apresentasse), que vise o controlo da taxa de crescimento populacional com medidas adaptadas à nossa realidade (e longe das medidas administrativas draconianas que usaram países asiáticos agora envelhecidos).

Mas a taxa de crescimento demográfico é um desses factores que não é devido só à incompetência das lideranças – apesar da falta de programas de sensibilização e de educação que ajudem a mudar a mentalidade de que filhos em quantidade equivalem à riqueza.

Toda a gente tem aquela tia, aquele tio que cobra filhos a toda a gente sem saber como é os pais vão alimentar esses filhos. Mas evitar ter um filho e deixar que as

ruas o criem, que passe fome, sem saúde nem educação garantidas, num país onde o Estado já deixou bem claro que não se compromete com essas obrigações, é algo que está ao nosso alcance fazer e inculir essa responsabilidade nos mais novos também. No entanto, o tema do controlo da natalidade é frequentemente recebido ‘com sete pedras’. Vi recentemente uma jovem que é parte de um programa de sensibilização para divulgar contraceptivos nas comunidades testemunhar que lhe “deram corrida nos mais velhos por sugerir a pílula”. E não é preciso ir longe porque tenho um tio que teve de enfrentar uma reunião familiar em fúria pelo ‘insulto’ de propor à sua própria mulher que tomasse a pílula para evitar que os cinco filhos que já têm se transformem em mais. Mas “mulher tem que nascer” é o slogan entre nós.

Temos um problema cultural com reflexos óbvios nas condições sociais. As crianças que nascem em famílias desmembradas sem garantia de alimentação, escola, saúde, entram com uma frequência avassaladora para as estatísticas infelizes de criminalidade quando conseguem fugir às de estatísticas da mortalidade infantil.

O professor e economista Alves da Rocha dizia recentemente que só para cobrir o custo de reprodução o PIB teria de crescer a pelo menos 3,2% (a taxa de crescimento demográfico) para evitar a degradação das condições de vida. Isto numa economia que, não só não cresce, como há mais de cinco anos vem encolhendo, acumulando recessões.

No entanto, provavelmente por chocar com essa cultura enraizada, provavelmente por não ser promessa popular (como a Califórnia), essa sensibilização para a responsabilidade de criar filhos com condições é proposta consistentemente ausente das prioridades não só dos governos dos países no top dez da natalidade, como também ausente das propostas das oposições que querem ser governo.

Governar deve ser mais do que um concurso de popularidade. Deve ser um plano com foco no presente e futuro. E criar filhos com responsabilidade, ao lado da educação pública e da saúde pública devia ser prioridade de qualquer aspirante a governo, assim como devia ser prioridade de cada um. É o futuro de todos que está em causa.

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE: BOCBADLU

IBAN AO06 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV 21 DE JANEIRO,
BARRIO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BIENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I - Em Salvação: Mirantes Transosa 4, n.º 8, Junto ao largo da Zap TV
II - Rua Marim Nguzali 4, n.º 11, distrito urbano da Misungwi
III - Parque de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Luanda
I - Paróquia de Nossa Senhora dos Dores (Misungwi)
Contactos telefónicos: +244 933 096 903 / +244 996 632 632

Esses grupos de interesses preocuparam-se com tudo e dispararam todas as armas ao seu dispor para deitar abaixo o propósito do Governo.



António Vieira,
ex-director
da Cobalt
Angola

Quando, a 3 de Setembro de 2018, disse que “as petrolíferas haviam driblado o chefe”, autoconvenci-me de que isso não voltaria a acontecer. Ninguém mais haveria de o fazer. Porém, voltou a acontecer, e com vingança. Só que, desta vez, não foram as petrolíferas: foram os comerciantes, esse “bando de sanguessugas” que “engordam” à custa de quem produz.

Quando, a 1 de Outubro, se iniciou a cobrança do IVA em Angola, não foi o público em geral a protestar, mas os comerciantes, as associações e agremiações à volta das quais eles se agrupam para defenderem os seus interesses específicos. E os contabilistas por eles pagos a peso de ouro. Esses grupos de interesses preocuparam-se com tudo e dispararam todas as armas ao seu dispor para deitar abaixo o propósito do Governo. Alegaram tudo o que havia por alegar, e até inventaram alegações que nada têm que ver com a nossa realidade. Houve quem do alto da sua cadeira imoral até dissesse que o executivo era surdo.

E, embora eu não tenha argumentos para dizer que não o é, levantei sérias perguntas às intenções de quem esperneava pornograficamente contra o IVA. Afinal de contas, há muita gente em Angola que não gosta de pagar impostos. Não gosta de pagar impostos e, não estando habituada a pagar, acha que é um sacrilégio ter de os pagar. Essa boa gente não consegue entender que, nos países onde se vive bem, se vive bem porque o cidadão desses países paga impostos. Impostos muitas vezes elevadíssimos. E é por pagar impostos elevados que esses cidadãos têm o direito de reclamar e exigir bons serviços públicos aos seus governos. Isso reflecte-se na qualidade de vida de suecos, dinamarqueses, noruegueses, suíços, australianos, entre outros. Em países como os Estados Unidos onde a indexação de impostos é baixa, a qualidade de vida é sofrível e, em certos aspectos, deixa mesmo a desejar. Por outras palavras, a qualidade de vida



Os comerciantes driblaram o chefe e marcaram Golo

melhora com o aumento dos impostos. E nós, que pagamos tão pouco, a que qualidade de vida temos direito? Será que é por pagarmos tão pouco em impostos que temos de mandar os nossos filhos estudar onde os outros pagam impostos altos?

O executivo decidiu duma maneira “leviana” reduzir o IVA sobre alguns produtos da cesta básica por altura do seu segundo aniversário. Os comerciantes e seus pares conseguiram, desta forma, “derrotar” o Governo na sua intenção de melhorar as receitas. O Governo cedeu porque, segundo os comerciantes, o IVA aumentara o custo de vida dos angolanos. Mas foi mesmo o IVA o grande culpado pelo aumento do custo de vida? A mim parece-me que não.

Através deste exemplo, vemos que o preço de base destes productos da cesta básica, na sua origem, não aumentou mais do que cinco por cento nos últimos 4-5 anos à excepção do feijão. O que aumentou mais do que o sêxtuplo foi o preço em kwanzas. E isto não tem nada que ver com a introdução e cobrança do IVA. Isso

Afinal de contas quanto custavam alguns productos da cesta básica em 2015 em dólares americanos e em kwanzas? Vejamos alguns exemplos básicos:

Alimento	Preço US\$	Preço Kzs.
Farinha de trigo	0,98	93,1
Arroz	1,10	104,5
Feijão	2,10	200,0
Óleo alimentar	2,05	195,0

Em comparação, vejamos agora os preços destes mesmos productos em Outubro de 2020:

Alimento	Preço US\$	Preço Kzs.
Farinha de trigo	1,02	612,0
Arroz	1,17	702,0
Feijão	2,90	1740,0
Óleo alimentar	2,17	1302,0

é resultado dos cofres vazios e consequente desvalorização da nossa moeda. Exactamente por causa desta desvalorização, as receitas do estado em moeda real tornam-se menos significativas e daí a necessidade de, diria eu, aumentar os impostos para se tentar manter o nível.

Ora, isso só se resolve aumen-

tando a produção interna dos productos da cesta básica de modo a que o preço interno não sofra com o câmbio financeiro. E, para isso, é ainda preciso que os produtores internos não especulem nem indexem os seus productos ao dólar. Não há razão nenhuma para que o feijão produzido no Cuanza-Sul seja ven-

dido pelo mesmo preço que o feijão importado. Porém, os gurus do comércio, especuladores por natureza, aproveitam-se para melhorar o seu lucro. O camponês produtor de feijão no Cuanza-Sul de certeza absoluta que não aumentou o preço do seu feijão. Nem do milho. Pelo menos ao nível do aumento do preço dos produtos à venda nos centros urbanos. Quem aumentou o preço foram os comerciantes.

Só que, estando em campanha eleitoral, o general perdeu a coragem e acabou driblado pelos comerciantes que acabaram por marcar um golo, apesar de em ‘fora de jogo’. Numa jogada agradável de se ouvir, o general anunciou a diminuição parcial do IVA e lançou o caos aos operadores de contabilidade que, a partir de agora, têm a obrigação de separar os productos e distinguir os valores a depositar nas contas da AGT. Por sua vez, a AGT vai ter de modificar a sua máquina operativa a partir do último trimestre do ano. Walalá, gritariam os meus contemporâneos ao assistirem a este drible mesmo não sendo do nosso Bangu.

E como fica a situação da receita que seria recolhida com o imposto agora retirado? O mais óbvio seria eliminar algumas das despesas extravagantes que o executivo tem em mãos. Desta maneira, o Governo deveria desfazer-se da frota automóvel. Pelos vistos, o nosso Governo é dono da maior frota automóvel de luxo do mundo, comprada aos preços mais altos de qualquer mercado, muitas vezes, com fundos emprestados e, como tal, a atrair juros muitas vezes elevados. O Estado, ao desfazer-se dessa frota, desfar-se-ia não só desses activos, mas também dos elevadíssimos custos da sua manutenção. E, a trabalhar para melhorar a colecta de receitas, vai sendo altura de aumentar substancialmente os impostos dos que auferem montantes elevadíssimos. Assim sendo, eu sugiro que todos os cidadãos deste país que auferem um salário igual ou superior ao do comandante-geral da Polícia passe a pagar no montante em excesso entre 50% e 70% de imposto. Chamemos a este imposto de “contribuição de ganhos excessivos”. É preciso corrigir o que está mal e ganhar tanto pelo tão pouco que fazem precisa de ser corrigido. E, ao tomarmos esta medida correctiva, certamente estaremos a melhorar o que está bem. Afinal de contas, Sr. General, foi isso que o senhor prometeu durante a última campanha eleitoral. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.

Economia 100 Makas

A função pública que pague a crise



Carlos Rosado de Carvalho, jornalista e professor de Economia

A queda do preço do petróleo em meados de 2014 pôs a nu as vulnerabilidades da economia angolana e mergulhou o país numa profunda crise económica entretanto agravada pela pandemia da Covid-19.

Mas por muito que muitos tentem passar a mensagem de que a culpa da crise é da baixa do preço do petróleo, não é verdade. A petrodependência de Angola não é doença, é sintoma. Sintoma da nossa incapacidade para produzir bens e serviços, que não o petróleo, competitivos internacionalmente em termos de preço e qualidade. Fôssemos nós capazes de produzir além do petróleo, isto é, tivéssemos nós uma economia mais diversificada, resistiríamos bem melhor aos choques petrolíferos e seguramente não passaríamos o que estamos a passar.

A fraca diversificação da economia gera outras petrodependências, nomeadamente ao nível das contas públicas e externas, há muito reféns dos altos e baixos do ouro negro.

Não admira, por isso, que, além da crise económica, a queda do preço do petróleo, a partir de 2014, tenha provocado rombos tremendos nas contas públicas e externas, fazendo regressar os défices gémeos. Se o défice público fez disparar a dívida, o défice externo comeu as reservas de divisas, derrubou o kwanza e ressuscitou a inflação.

A solução foi bater de novo à porta do Fundo Monetário Internacional (FMI) solicitando ajuda financeira para apoiar a estabilização da economia, primeiro, e promover o crescimento, depois. Como

não há almoços grátis, Whashington impôs a Luanda uma série de condições tendo a consolidação orçamental como elemento crítico.

Um orçamento, qualquer que seja, pessoal, empresarial ou público, é composto por receitas e despesas. Para resolver um problema orçamental ou aumentam-se as receitas ou cortam-se as despesas ou fazem-se as duas coisas ao mesmo tempo.

Com o programa com o FMI praticamente no fim, chegou a hora de fazer um primeiro balanço da consolidação orçamental em Angola no período 2018-2022, usando para o efeito as execuções ou estimativas de execução dos orçamentos 2018 a 2021 e a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2022.

Para analisar a marcha das contas públicas, usei o saldo global primário não petrolífero, isto é, excluí das receitas o petróleo, devido à sua enorme volatilidade e por não dependerem do Governo, e não considere nas despesas os juros da dívida pública, porque, uma vez contraída a dívida, os juros começam a contar e têm de ser pagos independentemente da vontade de quem governa. Outra nota metodológica é que, em vez de valores monetários, considere as recei-

São os funcionários públicos, com o congelamento dos salários, mas também das carreiras, que estão a pagar a crise. Investimento público também cai, mas na aquisição de bens e serviços, onde estão as mordomias da elite governante, não houve cortes.

tas, as despesas os saldos em % do Produto Interno Bruto não petrolífero (PIBnp). Os valores a que cheguei são diferentes dos constantes do relatório de fundamentação do OGE 22, eventualmente por diferenças nos valores das despesas não petrolíferas, mas é nos meus que vou basear a análise.

Quando chegou ao poder em 2017, João Lourenço encontrou um saldo primário negativo equivalente a 13,3% do PIBnp, diferença entre receitas de 10,5% do PIBnp e despesas de 22,8%.

Um desequilíbrio orçamental monumental e por isso insustentável, ao qual era indispensável pôr cobro.

O OGE 2022 prevê um saldo primário não petrolífero de 7,6% do PIBnp resultado de despesas sem juros equivalentes a 28,6% do PIBnp e receitas sem petróleo de 21,1%.

Ou seja, comparando a proposta de OGE 22 com a execução orçamental de 2018, o saldo primário não petrolífero melhora 5,7 pontos percentuais (pp) do PIBnp. As receitas contribuem com 3,1 pp do PIBnp e as despesas com 2,6 pp.

Daqui resulta a primeira conclusão. A consolidação orçamental em Angola fez-se mais pelo lado da receita do que pelo da despesa. Para isso muito terão contribuído os aumentos de impostos resultantes da introdução do IVA com uma taxa de 14% (a taxa imposto sobre o consumo que o IVA veio substituir era de 10%) e o aumento do IRT, cuja taxa marginal máxima pas-

sou de 17% para 27%. O Governo insiste que o acréscimo da receita veio do alargamento da base tributária mas não apresenta evidências nesse sentido.

Quanto à despesa, a redução em 2,6 pp do PIBnp foi basicamente garantida pela redução das despesas com pessoal que caíram 3,5 pp do PIBnp, passaram de 10,1 pp do PIBnp em 2017 para 6,6 pp na proposta de OGE 22. Segunda conclusão que, por acaso, até é a mais importante: Foi a contenção salarial na função pública a principal responsável pela melhoria das contas públicas contribuindo com 61,4% dessa melhoria.

Outro contributo para a consolidação orçamental do lado da despesa veio do investimento cujo peso no PIBnp caiu de 0,7 pp do PIBnp, saindo de 5,9% do PIB em 2017 para 4,95 do PIBnp em 22, o que também não deixa de ser uma má notícia. Todas as outras rubricas do lado da despesa viram o seu peso no PIBnp subir.

Sem surpresa, os juros da dívida pública cresceram 2,6 pp do PIBnp de 5,7% do PIBnp em 2017 para 4,9% em 2022. Mas, como escrevi a acima, os juros estão fora do controlo do Governo.

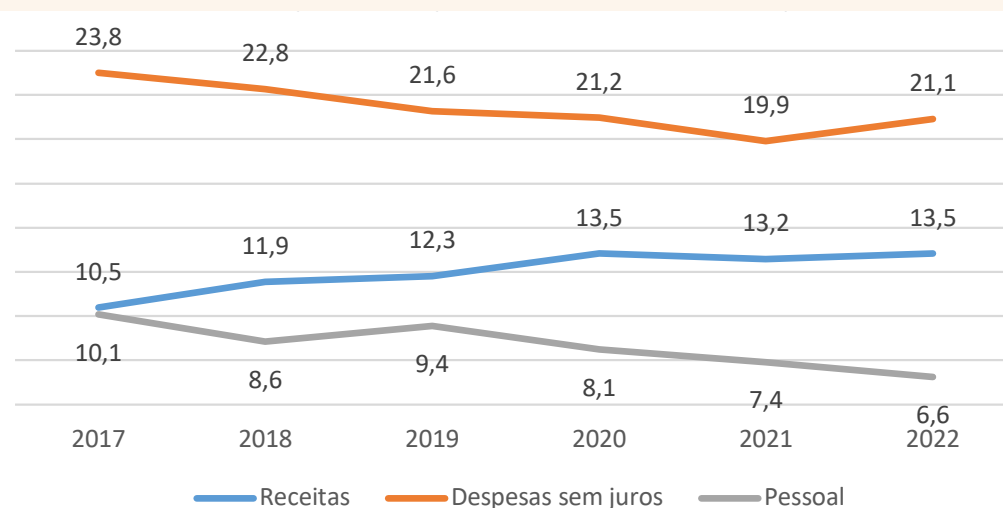
A rubrica sobre a qual o Governo tem mais controlo, a aquisição de bens e serviços, onde estão muitas das mordomias da elite governante, não houve cortes, mas sim aumentos.

Os subsídios também aumentaram 1,4 pp do PIBnp de 0,8% do PIBnp para 2,1% do PIBnp. Com este aumento cai por terra o argumento de que as reformas estão a ajudar à consolidação orçamental. Apresentada como uma das principais reformas do programa com o FMI, a eliminação dos subsídios a preços parou na energia e na água e nem sequer começou nos combustíveis.

Resumindo para concluir, do lado do sector público, são os funcionários públicos, com o congelamento dos salários, mas também das carreiras, que estão a pagar a crise.

A marcha das contas públicas

● **Receitas e despesas não petrolíferas, % do PIB não petrolífero**



Fonte: Cálculos do autor com base em dados dos relatórios de fundamentação do OGE



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Benny Ying, empresário e dono da Jetour Angola

Vinte mil interações com as publicações, que alcançaram mais de 113 mil internautas só na página do VE no Facebook, foi o registo da semana, sendo que a mais comentada foi a entrevista a Benny Ying, dono da Jetour, que garante que “nos próximos anos as marcas chinesas de automóveis vão ocupar visivelmente o mercado angolano”. O empresário acredita que “se as terras subaproveitadas em Angola estivessem na China, o país duplicaria a população”.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Emiliano Fernando Augusto Ndala

A última parte do texto é bastante interessante e crucial.



Mantua Fukiau Dofe

Não vejam os carros, mas olhem naquilo que ele disse, se as terras aráveis de Angola estivessem na China, a China podia duplicar a população, significa que Angola só grita a diversificação da economia mas não faz nada, não sabe aproveitar as terras ou a riqueza que tem. É isso que ele conclui, só estamos a gritar sofrimento.



Helder Cruz

Grande esperteza, e nós com as terras que temos e com a tecnologia e quadros que a China tem. Onde estaríamos agora? Importante: Corrupto na China é enforcado



Katinho Bartolomeu Katinho

E os angolanos não entendem a mensagem. "Fizemos cálculos sobre a vossa terra, sem vocês... Concluímos que viveríamos melhor com a vossa terra, sem vocês".



Fortunato Oliveira Júnior

Não concordo, quem torna o homem rico não é a governação. Para transformar as terras num tesouro, também é responsabilidade do governo? Se assim fosse, os cidadãos dos países do primeiro mundo seriam todos magnatas. Só indivíduos de memória desfalecida assim pensam. Nunca em Angola ou noutra parte do mundo, o governo dará condições a todos. A bíblia diz-nos que cada um comerá do seu suor! Então, vamos colocar as mãos na massa.



Torres Quicama

Fortunato Oliveira Júnior tenta plantar batatas e verás que até isso depende do governo. Tenta meter uma moto a fazer táxi, e verás que até isso depende do governo. Tenta abrir um cyber, e verás que até isso depende do governo. Nessa terra, tudo depende do governo; aqui não se faz nada sem o governo.



Claudio Assis Assis

Os carros chineses nunca teriam conquistado o mercado angolano, se não tivessem proibido a importação de viaturas usadas com base no ano de fabricação. Eu nunca compraria um carro zero Km de fabricação chinesa, em detrimento de um carro usado de fabricação japonesa, europeia ou coreana...



Valter Tale

Estou em Moçambique, tive a oportunidade de ver o Jetour nas redes sociais, pois cá não existe. São carros muito bonitos, espero que sejam resistentes! Estão a penetrar gradualmente no Brasil, e me parece que seja um produto que dê para apostar. Quanto a qualidade, o tempo irá ditar. Mas, sugiro que adiram. Tive a oportunidade de ler o artigo, me parece que estão preocupados com o pós-venda. Em termos de design, estão num óptimo caminho.



Lenvo Joao Raul Bubuzi

Rui Magalhaes MUITOS PROBLEMAS DE MOTOR...FALO POR EXPERIENCIAS... AGORA CAMIOES CHINES OK...



Lioldera Silva

Carros chineses só causam muitos danos. Em 2008 quando entraram em Angola esses camiões mataram muita gente. Não têm estabilidade!!! Hyundai, Kia, Toyota enquadram-se melhor!!!



Carlos de Sousa

Pois claro! Onde é que já se viu um i10 Grand da marca Hyundai custar mais de 14 milhões, enquanto um SUV da Jetour está em torno dos 17 milhões? Comparando os dois, o Jetour é tecnicamente e visualmente muito melhor, mas há apenas uma margem mínima dos preços entre os dois.



Evandro Jeronimo

Justo Josué Livulo mano Xangai e Pequim foram construídos pelos chineses, na China impera o uso do produto nacional, o restai figura dentro das guerras comerciais.



Fernando J. R. Mendes

Os produtos chineses pecam pela qualidade. Eles fazem tudo, mas tudo mesmo, para se estragar ou partir no que mais importa no objeto ou obra. E o mais grave é o tempo de utilização. Até se diz, que ao fazerem uma obra, eles constroem um estaleiro perto, porque sabem que brevemente serão chamados para reparar a obra. Você estará sempre dependente deles. Boa maneira de ser sócio ao que é dos outros.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Covid-19

DO CANADÁ

Angola recebe cerca de meio milhão de vacinas

O governo do Canadá doou cerca de meio milhão de doses de vacinas da AstraZeneca a Angola, no âmbito da iniciativa Covax.

O lote é composto por 456 mil doses e foi entregue formalmente à ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, pelo cônsul honorário do Canadá, Allan Cain.

A ministra declarou que o lote de vacinas vem reforçar o programa nacional de vacinação em curso em Angola, sendo que as mesmas vão começar a ser distribuídas pelo país.

Angola pretende vacinar 60% da população elegível até Dezembro. O país deve receber mais sete milhões de doses da vacina da Sinopharm e um lote de mais de cinco milhões de doses da Johnson & Johnson de forma gradual.



APÓS 20 MESES

EUA reabrem fronteiras

Os Estados Unidos abriram as fronteiras terrestres e aéreas aos viajantes vacinados contra a covid-19, encerrando 20 meses de severas restrições criticadas pela Europa e pelos vizinhos México e Canadá.

As restrições impostas pelo então presidente Donald Trump no início de 2020, mais tarde confirmada pelo sucessor Joe Biden, agravaram as consequências da pandemia.

Para se proteger dos países mais atingidos pela covid-19, Trump impôs rapidamente restrições de viagens da China em Fevereiro de 2020. Depois foi a vez dos países da Europa pertencentes ao espaço Schengen.

“Foi muito difícil, só quero ver o meu filho”, disse à AFP Alison Henry, uma britânica de 63 anos, que não vê o filho há mais de um ano.

PAÍSES BAIXOS

Milhares protestam contra restrições

Mais de 20 mil pessoas protestaram em Haia contra a reintrodução de medidas contra a covid-19. A distância social, o uso de máscara e a exigência do passe covid-19 são algumas das medidas adotadas para conter as infecções.

Cerca de 25 mil pessoas, segundo a polícia local, e mais de 50 mil, segundo os organizadores, reuniram-se contra as restrições, em Malieveld, um

relvado no centro de Haia, onde acontece a maioria dos protestos sociais.

A manifestação foi organizada pela Samen voor Nederland, uma associação que reúne dezenas de organizações que protestaram várias vezes contra a política de controlo da pandemia.

As restrições entraram em vigor no último sábado, o que implicou a imposição da distân-

cia interpessoal de 1,5 metros, o uso de máscaras em todos os espaços fechados acessíveis ao público – o que inclui lojas – e a ampliação do uso do passe covid-19, que foi anteriormente limitado à indústria hoteleira e a eventos.

De acordo com dados publicados pelo Instituto de Saúde Pública (RIVM), os Países Baixos têm visto o número de casos e internamentos aumentarem.



COMBATE À PANDEMIA

Pfizer anuncia medicamento

Um estudo com um comprimido antiviral experimental da farmacêutica Pfizer para a covid-19 foi dado por terminado logo após os dados terem relevado que a droga tem a capacidade de reduzir em 89% a probabilidade de hospitalização ou morte de adultos com risco de desenvolver doença grave.

Os resultados parecem superar os observados com o comprimido da farmacêutica Merck, o molnupiravir, que no mês passado reduziu para metade a probabilidade de morte ou hospitalização para pacientes com Covid-19 mais susceptíveis a desenvolver doenças graves. A farmacêutica ainda não disponibilizou os dados completos dos testes.

Especialistas enfatizam que a prevenção da Covid-19 através do uso de vacinas continua a ser a melhor maneira de controlar a pandemia.



OS FUNCIONÁRIOS e agentes administrativos que estão na frente de combate da pandemia covid 19 vão passar a receber um subsídio diário, de acordo com um decreto presidencial que dá conta que o referido subsídio será temporário.



ALERTAM ESPECIALISTAS

Vacina de reforço pode tornar-se necessária

As pessoas mais vulneráveis da Grã-Bretanha podem precisar de uma vacina de reforço da covid-19 a cada inverno. O alerta é de cientistas e ministros do governo liderado por Boris Johnson. “É possível que todos os anos tenhamos de sair e receber as nossas vacinas da covid-19 da mesma forma que muitas pessoas estão a receber actualmente as suas vacinas contra a gripe”, frisou Mike Tildesley, do Subcomité do SAGE, em entrevista à ‘Sky News’.

Está demonstrado que a imunidade das vacinas actuais da covid-19 diminui a cada seis meses, o que motivou os fabricantes a voltar as suas atenções para novas vacinas mais resistentes a variantes mas que não vejam a sua eficácia cair tanto quanto a actual colheita. “Estamos a ir na direcção certa mas claramente há trabalho a ser feito para pessoas com mais de 50 anos e para adultos vulneráveis. A imunidade começa a diminuir a partir da segunda vacina, por isso é realmente importante que essa aceleração continue e esperamos que possamos proteger o máximo de pessoas possível à medida que avançamos para os meses mais frios”, lembrou Mike Tildesley.

NA GUINÉ-BISSAU

Rumores de infertilidade dificultam vacinação

O Alto Comissariado para a covid-19 da Guiné-Bissau lançou uma campanha de vacinação direccionada às mulheres guineenses, que representam apenas 39% das pessoas vacinadas, por questões laborais e rumores de que o imunizante provoca infertilidade.

Magda Robalo enfatizou que “essa preocupação com a fertilidade está também relacionada com o estatuto da mulher na sociedade, com o relacionamento com o marido, com os pais. Uma mulher que não possa ter filhos. Sabemos o que isso representa na nossa sociedade”, salientou.

A alta comissária indiciou as questões laborais como outra razão para as mulheres não se estarem a vacinar.

A campanha lançada conta com o apoio financeiro de Portugal e do Fundo das Nações Unidas para a População, prevê aumentar em 10% o número de mulheres vacinadas até Dezembro.



PROJECTOS CULTURAIS

Candidatos a financiamento não podem exigir vacinação

O governo brasileiro anunciou que projectos culturais candidatos a financiamento estatal não poderão exigir do público o comprovativo de vacinação,

Esta medida serve para evitar “discriminações entre vacinados e não vacinados”.

A decisão reafirma a posição contra a obrigatoriedade da vacina para combater a covid-19 defendida pelo presidente brasileiro, Jair Bolsonaro.

No caso de financiamento público, terão prioridade projectos que adoptem “protocolos de segurança para prevenir a covid-19”, entre os quais cita a medição da temperatura.

Apesar desse decreto, alguns governos regionais e municipais,

no âmbito dos poderes constitucionais, impuseram o comprovativo de vacinação para muitas actividades que reúnem grande audiência, como forma de reprimir possíveis surtos da doença.

O secretário de Cultura do governo, Mário Frias, justificou a decisão afirmando que “a proibição do famoso passaporte de vacinação” para projectos financiados pelo Estado serve para evitar que “medidas autoritárias e discriminatórias recebam dinheiros públicos e violem direitos básicos de civilização”.

O Brasil é um dos países mais afectados pela pandemia de covid-19 no mundo, ao lado dos Estados Unidos e da Índia.

Marcas & Estilos



Livre, leve e solta

Este envoltório cobre toda a parte superior do corpo da maneira mais bonita, até mesmo as mãos, sempre que precisa. Este robe da Sunday Citizen é bom para quando se quer estar livre, leve e solta.



Grandes patuscadas

A churrasqueira portátil da Leo torna possível grelhar o seu prato principal num piquenique na praia ou numa cabana no interior do estado. A pega ajuda o transporte.



AUTOMÓVEL

Luxuoso até na algibeira

Com visual dinâmico e moderno, excelente nível de condução e vários itens tecnológicos de ponta, a lateral do Range Rover Sport 2021 dispõe de mais detalhes que denotam a aptidão desportiva, como o tecto afunilado para trás, a linha de cintura contínua, a postura baixa e as enormes rodas, que podem ser de até 22 polegadas com nove raios.

Os ocupantes também contam com iluminação configurável em até 10 cores, um sistema que melhora a qualidade do interior, assentos em couro com corte em padrão.

A linha de motores é composta por várias opções: 3.0 SDV6 turbodiesel de 300 cavalos, 2.0 Si4 gasolina, 2.0 Si4 Híbrido de 404 cavalos e 5.0 V8 Supercharged a gasolina de 525 a 575 cavalos.

AGENDA

LUANDA

DE 1 A 4 DE DEZEMBRO

Primeira edição da Feira Nacional de Publicidade e Marketing, na Baía de Luanda, em Luanda, das 10h00 às 18h00, com comerciantes e gestores de negócios, académicos, especialistas do sector, entre outros.

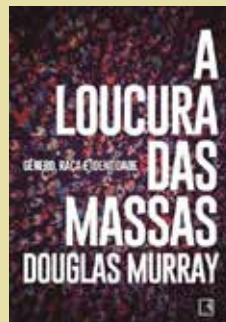
DE 1 A 26 DE NOVEMBRO

Inauguração exposição 'Um quadro perfeito' do artista Vopsi Moma, na Galeria Tamar Golan, às 18h00. Mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira das 09h00 às 17h00.

DE 5 A 20 DE NOVEMBRO

Inaugurada da exposição 'France eMotion'. A partir das 16h00, na Mediateca da Alliance Française de Luanda. Entrada é gratuita. Visitas às segundas-feiras e sábados das 08h00 às 17h00 e de terça-feira a sexta-feira das 08h00 às 19h00.

LIVROS



EM 'A LOUCURA DAS MASSAS',

Douglas Murray examina as questões mais polémicas do século XXI: sexualidade, género, tecnologia e raça. E revela a nova guerra cultural cujo campo de batalha são os ambientes de trabalho, universidades, escolas e casas.



'MUÊ OU MORRA' é o livro que vai ajudá-lo a descobrir o mindset das startups vitoriosas, aprender a criar um negócio do zero ou a empreender dentro de uma grande corporação.



TURISMO

Belezas únicas

O lindo litoral de verdes mares e faixas de areia paradisíacas foi o que deu fama ao Ceará, um dos estados brasileiros mais cobiçados quando o assunto é viajar. Mas, ao contrário do que muitos pensam, o estado não se resume ao turismo de sol e praia.

Há muito para explorar, como as belezas únicas do sertão e até mesmo o clima mais ameno e a natureza das serras, verdadeiras jóias escondidas. Uma boa opção de repouso é o Hotel Fazenda Pedra dos Ventos, hospedagem com uma excelente área de lazer. São quatro trilhas demarcadas e sinalizadas dentro de uma vegetação completamente preservada, três piscinas naturais e montanhas para fazer escalada.

No quesito gastronomia, o 'Restaurante', como é chamado o restaurante do hotel, possui o menu variado que contempla ingredientes regionais com toques contemporâneos, como a deliciosa feijoada com chorinho, ou o Cordeiro Santa Fé, prato que ganhou, em 2019, o 1º lugar no maior festival gastronómico do mundo.

Começo a fazer a primeira classe com nove anos. Nessa altura, já ouvia jazz, numa altura em que os Beatles já faziam muito sucesso.

FILIPE MUKENGA, MÚSICO E COMPOSITOR

“A cultura é a carruagem que puxa o país em direcção ao desenvolvimento”

ENTREVISTA. Filipe Mukenga começou a carreira musical na década de 60, tem cinco álbuns a solo e três colaborativos com Filipe Zau. Encontra-se em estúdio a produzir um novo disco que será lançado no próximo ano como resultado da homenagem a ser feita em Dezembro pela Guelvamos Produções, mas continua a precisar do patrocínio.

Por Mateus Mateus

Quem é o Filipe Mukenga?
Passei a usar o nome Filipe Mukenga quando já cantava nos bailes e nas boates, a interpretar músicas estrangeiras, como os Beatles. O nome Mukenga apareceu na minha cabeça e juntei ao Filipe, que é meu nome e assim surgiu o Filipe Mukenga.

Como foi a infância e como entra para a música?

O meu pai era enfermeiro, quando eu tinha 5 a 6 anos fui com ele à Cabinda em missão de serviço. Na zona em que estávamos, não havia escolas, preocupado, ensinava-me o alfabeto. Começo a fazer a primeira classe com nove anos. Nessa altura, já ouvia jazz, numa altura em que os Beatles já faziam muito sucesso.

Tem ligação forte com Cabinda que chegou a cantar com Filipe Zau...

Sim, não nasci lá, mas Cabinda é uma província que está sempre no meu coração, foi lá em que comecei a dar os primeiros passos como miúdo.

O que o inspirou?

Não posso ter os louros todos desta canção porque não são meus, é a primeira de um grande projecto com a parceria Zau e Mukenga, este projecto chama-se ‘o canto da sereia, o encanto’, é uma homenagem que o Zau faz ao seu pai que era embarcador (marítimo).



Então, esta é a razão da música filho de Cabinda?

Pois, porque quando o Zau perde o pai, ao invés de estar triste, ficou motivado para escrever, e foi justamente aí que começa o projecto em que o pai dele é a figura de destaque. Quando canto ‘eu sou filho de Cabinda...’ estou a colocar-me no lugar do pai dele, que é de Cabinda.

Como surge a dupla Filipe Zau e Filipe Mukenga, muitos angolanos pensam que são irmãos?

Não somos irmãos de sangue, mas somos irmãos de afinidade. Sempre tive a sorte de cruzar com bons amigos que se tornam irmãos. O nosso encontro foi natural, na época eu trabalhava na direcção de informação (DISA), onde estava a começar

Perfil

Francisco Filipe da Conceição Gumbe (Filipe Mukenga), nasceu em Luanda no dia 07 de setembro de 1949, filho de um enfermeiro de Malange, Anacleto da Conceição Gumbe e de mãe doméstica do Lukala, Kwanza Norte, Isabel André. É casado e pai de cinco filhos (um falecido).

a fazer redacção de textos e recebo um texto do Zau a falar da minha música, eu também escrevi sobre ele, não nos conhecíamos. Até que um dia nos encontramos no Teatro Avenida num encontro dos músicos.

Há 5 meses esteve na TPA onde clamou por apoio...

Sim, é verdade pus-me na condi-

ção de pedinte, mas muita gente caiu por cima de mim a dizer que eu não poderia dizer aquilo, mas eu só disse a verdade.

Dê lá para cá, o que mudou?

Do gabinete do Vice-Presidente surgiu uma hipótese, vamos ver se se concretiza, mas como não é possível ser o seu gabinete a tratar disto, fui encaminhado para a petrolífera Total que já me solicitou para mais esclarecimentos.

Sei que tem também um projecto com a Guelvamos?

Penso que a Guelvamos decidiu contactar-me na esteira desta entrevista. Conhecemo-nos recentemente e fui informado de que estavam a preparar uma grandiosa homenagem para mim, a ser feita em Dezembro.

Esse álbum faz parte do projecto que está a ser avaliado pela Total?

Não, não tem nada que ver.

Em quanto está avaliado o projecto?

O projecto ‘Tritonalidades’ é composto por três discos com 36 músicas, e marcará o fim da minha carreira, quero sair pela porta grande e dedicar-me à minha vida e orientar os mais novos. Um dos discos vai começar a ser produzido aqui e está avaliado em vinte milhões de kwanzas e outros serão produzidos fora e custam 150 mil euros.

O ex-ministro Jomo Fortunato também é seu amigo, não conseguiu ajudar por via do Ministério?

Ele gostaria muito de ajudar, mas, como sabemos, as verbas alocadas à cultura é uma gota no oceano, para

fazer cultura é preciso ter dinheiro, e a cultura ao longo destes anos não tem recebido verbas que sirvam para resolver os problemas do sector. A cultura tem sido sempre o parente pobre, quando, por exemplo, os brasileiros dizem que a cultura é o carro chefe, é a carruagem que puxa o país em direcção ao desenvolvimento.

O que tem a dizer dos últimos quatro anos, quatro ministros e a aglutinação dos ministérios?

Não me quero pronunciar sobre isto.

O novo ministro é seu ‘irmão’...

Eu espero que faça mudanças porque o Filipe Zau é um quadro excelente que o país tem, com formação académica muito boa, tem valências muito importantes que podem lhe ajudar a organizar o Ministério. Espero que ele saiba bronzear-se de uma boa equipa, com colaboradores sérios e com espírito patriótico de modo que a cultura desta vez dê saltos significativos.

Se o chamar para trabalhar com ele?

O ministro anterior já me tinha feito esta proposta e eu recusei, agora quero começar outra fase da minha vida, trabalhei na função pública durante muitos anos e não quero voltar nesta rotina. Se o doutor Zau me contactar com esta ideia, dar-lhe-ei a mesma resposta que dei ao Jomo Fortunato: “muito obrigado, não quero”.

Como olha para a nova geração de músicos?

Temos muitos bons músicos, mas precisa-se de muito investimento na formação e nas infra-estruturas.

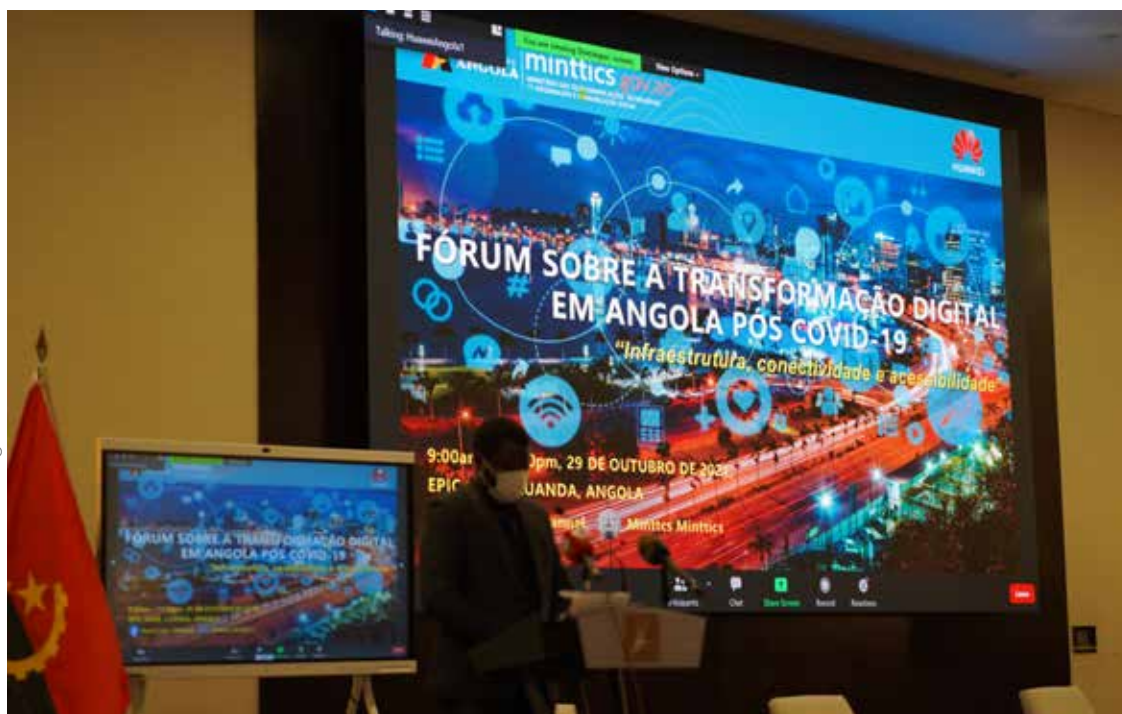
Educação & Tecnologia

COMUNICADO DE IMPRENSA

Huawei e Ministério das Telecomunicações realizam fórum de transformação digital pos Covid -19

PUBLICIDADE. Aos 29 de Outubro de 2021 – A transformação Digital actualmente é considerada por diferentes sectores, políticos, económicos e sociais, como sendo a via para acelerar o desenvolvimento económico social e melhorar a competitividade numa perspectiva da inserção global, regional, continental com vista a melhoria do bem-estás a todos, de acordo com o Secretário de Estado das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Mário Oliveira.

É “Nunca como nos dias de hoje, a ciência e o desenvolvimento tecnológico, estiveram tão ao serviço da sociedade e no seu todo, e como prova, temos o índice de literacia tecnológica presente, de forma transversal entre todos os estratos sociais. Com o desenvolvimento das forças vivas da nação, Angola tem sido bem-sucedida ao combate na mitigação dos efeitos da Pandemia, e para tal, contribui no sector público e privado nas infra-estruturas de telecomunicações, em destaque com acesso aos cabos marítimos e internacionais, e os serviços e aplicações, onde se destaca o acesso a internet”, reforça Mário Oliveira.



O evento realizado pela Huawei e o Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS) constituir-se numa oportunidade para ser apresentado ao país as principais acções em curso, realçando as iniciativas e experiências para acelerar a transformação digital em Angola, ao mesmo tempo é um contraponto aos desafios da Covid 19.

Em relação ao período pandémico, e pensando no pós pandemia, o MINTTICS, considera oportuno e pertinente, a promo-

ção de uma acção coordenada e eficaz as áreas de infraestrutura, investimento, inovação e inclusão, enquanto os factores determinantes para expansão da conectividade bem como para o desenvolvimento de tecnologias inteligentes, que vão desde a inteligência artificial ao 5G, como sendo os pilares centrais para a transformação digital, não apenas em Angola, mas como em toda África e no mundo em geral.

Neste sentido, o MINTTICS entende ser de relevante importância, a realização deste Fórum

com uma parceria conjunta do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação e Comunicação Social, e a Empresa de Tecnologia HUAWEI enquanto provedora global soluções integradas de última geração, para conjuntamente com todos os sectores das Telecomunicações e Tecnologia de Informação Nacional promover a troca de experiências sobre as melhores práticas para a maximização da Transformação Digital em Angola, durante e no pós Covid 19.

Frisou ainda que Huawei é um importante parceiro estratégico do estado angolano e com Huawei esta comprometida na digitalização do sociedade angolana, razão pela qual em conjunto abordarmos questões de melhorias e trocas de experiencias para o melhor das tecnologias angolanas bem como a criação de talentos para o desenvolvimento tecnologico progressivo.

Dentre os tópicos que foram abordados no fórum destacam-se a Governação Electrónica, as

Finanças Digitais, os Serviços Electrónicos, a partilha de infra-estruturas e regulação no mercado, as infra-estruturas chaves-públicas para Transformação Digital em Angola, que poderão ser vistos numa perspectiva comparativa a partir de um importante acto tecnológico a nível mundial como a HUAWEI, assim como das experiências dos especialistas nacionais. Deste modo, no final dos debates, foram colhidas contradições que contribuirão para a melhoria que se pretende em toda a cadeia do Sistema de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, e desta forma o sector dará o seu contributo para todo o ecossistema político, económico e social, tendo como resultado final, o progresso do nosso país. Estamos em crer, que o caminho para a transformação Digital e edificação de uma verdadeira economia digital, resiliente, inclusiva e sustentável em Angola, estará assegurada.

Já o CEO da Huawei Angola Sr. Chuxiaoxin assegurou a sociedade angolana que a Huawei não vai desistir da sua missão que é conectar pessoas, e acções de cooperação e projectos estão em estudo para serem implementados futuro tornando Angola cada vez próximo da realidade de outros países de formas que possa atingir através da Tecnologia um desenvolvimento sustentável.

Nossa visão e missão é levar o digital para todas as pessoas, casas e organizações para um mundo inteligente e totalmente conectado.



Huawei divulga os resultados comerciais para os três primeiros trimestres de 2021.

PUBLICIDADE. [Shenzhen, China – 29 de outubro de 2021] A Huawei divulgou seus resultados comerciais para os três primeiros trimestres de 2021. Durante este período, a Huawei gerou 455,8 bilhões de yuans em receita e sua margem de lucro líquido foi de 10,2%¹.

A "O desempenho geral está alinhado com a previsão", afirmou Guo Ping, Presidente Rotativo da Huawei. "Embora nossos negócios B2C tenham sido significativamente impactados, nossos negócios B2B permaneceram estáveis. Por meio do nosso compromisso contínuo com a inovação, P&D e aquisição de talentos, além da atenção rigorosa à eficiência operacional, estamos confiantes de que continuaremos a criar valor prático para nossos clientes e para as comunidades em que trabalhamos".

"Gostaríamos de agradecer

aos nossos clientes e parceiros por sua confiança e apoio contínuos", continuou Guo. "Com a colaboração deles e o excelente trabalho e dedicação da nossa equipe Huawei em todo o mundo, juntos usaremos a tecnologia digital para conduzir um mundo mais verde e inteligente".

SOBRE A HUAWEI

Fundada em 1987, a Huawei é um dos principais fornecedores globais de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e dispositivos inteligentes. Temos mais de 197.000 funcionários e operamos em mais de 170 países e regiões, atendendo a mais de 3 bilhões de pessoas no mundo todo.

MEMORIZE



● **Temos mais de 197.000 funcionários e operamos em mais de 170 países e regiões, atendendo a mais de 3 bilhões de pessoas no mundo todo.**

Nossa visão e missão é levar o digital para todas as pessoas, casas e organizações para um mundo inteligente e totalmente conectado. Para isso, estimulamos a conectividade onipresente e promovemos acesso igualitário a redes; levamos a nuvem e a inteligência artificial a todos os quatro cantos do mundo para oferecer capacidade computacional superior onde e quando for necessário; construímos plataformas digitais para ajudar todos os setores e organizações a se tornarem mais ágeis, eficientes e dinâmicos; redefinimos a experiência do usuário com a IA, tornando-a mais personalizada para as pessoas em todos os aspectos do cotidiano: em casa, no escritório

ou em trânsito. Para obter mais informações, visite a página da Huawei on-line em www.huawei.com ou siga-nos nas redes sociais: <http://www.linkedin.com/company/Huawei> <http://www.twitter.com/Huawei> <http://www.facebook.com/Huawei> <http://www.youtube.com/Huawei>

¹Os dados financeiros aqui divulgados são números não auditados compilados em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro; taxa de câmbio do final de setembro de 2021: 1 dólar = 6,4703 yuans (fonte: agências externas)

NÚMEROS DA SEMANA

80

Milhões, capacidade de armazenamento e tratamento de notas do novo 'cash center' do BNA.

100

Milhões USD - receitas arrecadadas com a exportação da madeira entre 2018 e Setembro deste ano, segundo o director-geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Simão Zau.

7

Milhões, produção de diamantes em quilates, em Angola, até Setembro deste ano diferente dos 9,1 milhões programados.

260

Toneladas de pesca artesanal, semi-industrial e industrial de diversas espécies que foram capturadas no país, no primeiro semestre deste ano.



MOBILIDADE NA CPLP

Angola ainda não assinou o acordo

Angola ainda não ratificou o Acordo de Mobilidade dos Países de Língua Portuguesa. O secretário executivo da CPLP, Zacarias da Costa, garantiu que o acordo já se encontra na mesa do Conselho de Ministros, aguardando-se que, "a breve trecho", seja remetido ao Parlamento para a sua ratificação.

No quadro dos estatutos da organização, Zacarias da Costa lembrou que "basta que três Estados-membros depositem o instrumento para que o acordo possa entrar em vigor".

Esse instrumento de mobilidade, assinado em Julho último em Luanda, estabelece que todos os cidadãos nacionais dos Estados-membros podem pedir 'Visto de residência' e o 'Visto de autorização'.

O mesmo diploma esclarece que o 'Visto de residência CPLP' é uma autorização administrativa, concedida ao cidadão de um país para entrada no território de outro, com a finalidade de requerer e obter autorização de residência.

O documento detalha também que, ao solicitar as duas modalidades de visto, o requerente não deve ter sobre si medidas de interdição de entrada por parte do Estado onde deseja residir, bem como indícios de ameaça à ordem, segurança ou saúde pública da parte de acolhimento.

No caso da estada temporária, o instrumento jurídico define que a sua atribuição depende de autorização administrativa prévia concedida pela parte de acolhimento, na forma de visto de estada temporária, por um período não superior a 12 meses e destina-se a titulares de passaportes ordinários.

A autorização de residência CPLP tem a duração inicial de um ano, renovável por períodos sucessivos de dois anos, sem prejuízo de renovações por período superior, desde que a legislação de cada país permita.

41 ACTIVOS JÁ FORAM VENDIDOS

Programa de privatizações com malparado de 16 mil milhões kz

O programa de Privatizações (Propriv) regista um malparado na ordem dos 16 mil milhões de kwanzas, desde que começaram as vendas dos activos do Estado.

O programa teve início há dois anos e já foram privatizados 41 activos, num valor equivalente a 800,5 mil milhões de kwanzas, metade dos quais já recebida.

O remanescente equivale a pagamento diferido e valores ainda não pagos. Alguns activos não pagos referem-se, por exemplo, a empresas com pagamentos a longo prazo, como as fábricas têxteis e as fazendas privatizadas. A informação foi avançada pelo presidente do conselho de administração do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape), Patrício Vilar. Segundo o gestor, num evento em Luanda, hoje, o malparado registado "é próprio dos processos de venda" e era "uma gota no oceano" tendo em conta o que já foi arrecadado.

O Igape pretende, até ao final do ano, privatizar mais 40 activos.

Para 2022, a perspectiva é de vender mais 50 empresas, com destaque para as de referência. Os mais relevantes são a TV Cabo, a Sonangal, o banco BAI e a Bodiva.

Situações de incumprimento no cronograma de pagamento de activos alienados pelo Estado já tinham sido admitidas pela ministra das Finanças. Em Agosto, Vera Daves chegou a admitir o recurso à justiça para a resolução desses casos. "Provavelmente, teremos à vista situações em que teremos de, ou tratar do tema numa arbitragem, de forma negocial, ou, eventualmente, envolvendo os órgãos de justiça para que a operação de alienação seja ressarcida, caso esses pagamentos não sejam retomados",.

A ministra, na altura, incentivou todos aqueles que concorram aos leilões, aos concursos públicos para a compra de activos, para que o façam "com certeza da sua capacidade de pagar esses activos", sob pena de se tirar espaço a quem efectivamente tenha liquidez para o fazer. Vera Daves, entretanto, não deu mais detalhes sobre esses incumprimentos.

Po: Isabel Dinis



Patrício Vilar,
PCA do Igape